

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
**CASTELO BRANCO**



**ATA Nº 9**

**23 DEZ 2024**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### ATA N.º 9/2024

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2024, pelas 9 horas, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda-Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(A preencher nos termos do Regimento.)

**1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.**

**2. Aprovação da ata:**

- Ata n.º 8/2024, referente à sessão de 30 de setembro.

**3. Intervenções.**

#### **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto 1** - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

**Ponto 2** - Discussão e votação da proposta de “Revisão do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco”. **(Proposta n.º 39/2024)**

**Ponto 3** - Apreciação e votação de propostas de “Mapas de Pessoal, para o ano de 2025”.

**3.1.** Câmara Municipal de Castelo Branco. **(Proposta n.º 40/2024)**

**3.2.** Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta n.º 41/2024)**

**Ponto 4** - Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano 2025”.

**4.1.** Câmara Municipal de Castelo Branco. **(Proposta n.º 42/2023)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### 4.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta n.º 43/2023)**

**Ponto 5** - Discussão e votação da proposta de “Contratos Programas para o ano de 2025”:

#### 5.1. Albigeç, EM/SA. **(Proposta n.º. 44/2023)**

#### 5.2. CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo”. **(Proposta n.º. 45/2024)**

**Ponto 6** - Discussão e votação da proposta de “4.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco”. **(Proposta n.º. 46/2024)**

**Ponto 7** - Discussão e votação da proposta de “2.ª Revisão Orçamental com Vista ao Pagamento dos Valores não Controvertidos pela Prestação do Serviço de Saneamento pelas Águas do Vale do Tejo, S.A., dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. **(Proposta n.º. 47/2024)**

**Ponto 8** - Discussão e votação da proposta de “Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Castelo Branco”. **(Proposta n.º. 48/2024)**

**Ponto 9** - Discussão e votação da proposta de “Lei das Comunicações Eletrónicas. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano de 2025”. **(Proposta n.º. 49/2024)**

**Ponto 10** - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesia”:

**10.1.** Junta de Freguesia de Castelo Branco. Dia dos Sinos – Edição 2024. **(Proposta n.º. 50/2024)**

**10.2.** Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Festas em Honra de São João Batista. **(Proposta n.º. 51/2024)**

**10.3.** União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa. Feira das Sopas em Escalos de Cima. **(Proposta n.º. 52/2024)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**10.4** Junta de Freguesia de Benquerenças. Organização da Prova Benquerenças Backyard Ultra. **(Proposta nº. 53/2024)**

**10.5** Junta de Freguesia de Lardosa. Organização da Festa da Flor – Edição 2025 – Vale da Torre. **(Proposta nº. 54/2024)**

**Ponto 11** - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Uniões/Juntas de Freguesia”:

**11.1.** Delegação de Competências nas Uniões/Juntas de Freguesia, para Transportes Escolares, Refeições Escolares, Refeições Escolares do Pré e 1º. Ciclo e Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e do 1º. Ciclo do Ensino Básico”. **(Proposta nº. 56/2024)**

**11.2.** Freguesia de Monforte da Beira. Apoio na execução da empreitada designada “Requalificação dos balneários existentes na Devesa, em Monforte da Beira”. **(Proposta nº. 56/2024)**

**11.3.** “Junta de Freguesia de Tinalhas: Requalificação do Largo da Filarmónica – 2.º Aditamento”. **(Proposta nº. 57/2024)**

**11.4.** “Junta de Freguesia de Tinalhas. Construção de Capela para Santuário Motard”. **(Proposta nº. 58/2024)**

**11.5.** “Junta de Freguesia de Tinalhas. Requalificação do Edifício Sede da Junta”. **(Proposta nº. 59/2024)**

**11.6.** “Junta de Freguesia de Tinalhas. Ampliação e Requalificação da Sede da Associação de Caça e Pesca”. **(Proposta nº. 60/2024)**

### III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **MEMBROS PRESENTES À SESSÃO**

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Joaquim Manuel Faustino, (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), José Alberto Moreira Duarte, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Liliana Maria Pedro Rebelo (em substituição Adelina Maria Machado Martins), Nuno Miguel Ferreira Lopes da Silva (em substituição de Milena Cristina da Silva Marques Santos), José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, Maria Adelaide Silva (em substituição de José António Afonso Dâmaso), Pedro João Martins Serra, Maria de Fátima Alves Dias (em Substituição de Jorge Manuel Ferreirinho Diogo), João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, Orlando João Gamanho Carneiro (em substituição José Carlos Ramos Dé), Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

### **MEMBROS AUSENTES À SESSÃO**

Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José António Afonso Dâmaso, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, José Carlos Ramos Dé.

### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José António Afonso Dâmaso, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, José Carlos Ramos Dé.

### **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir:**

##### **Presidente da Assembleia Municipal**

Bom dia. Verificamos a existência de quórum. Vamos então iniciar a nossa sessão.

Protocolarmente, saúdo o senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho, Senhoras Vereadoras e Vereadores do Executivo Municipal. Saudamos ainda os Dirigentes e Funcionários Municipais, os Munícipes presentes e ainda todos aqueles que estão connosco de modo remoto.

Uma referência ainda para os elementos da comunicação social que estão a acompanhar a sessão. Sejam, portanto, todos bem-vindos. Divulgadas as ausências, a Mesa informa que daqui a pouco faremos, como disse há pouco, o ponto da situação, relativamente, aos grupos municipais que estão presentes.

No que respeita ao Executivo Municipal, está presente o Senhor Presidente Leopoldo Rodrigues, as Senhoras Vereadoras Patrícia Coelho e Ângela Lucas, pelo Sempre-Movimento Independente, os Senhores Vereadores Luís Correia, Jorge Pio e João Salvado, está também presente o Senhor Vereador João Belém.

Portanto, já temos na Mesa a relação dos Deputados Municipais que vão intervir em nome dos Agrupamentos e quanto ao período de intervenção do público que terá lugar no final da sessão, de acordo com o ponto 2, do artigo 39º. do Regimento, tínhamos um cidadão que estava interessado em intervir, mas, entretanto, comunicou-nos que não iria estar presente.

A correspondência recebida foi enviada aos Senhores Deputados, tendo em conta a extensa ordem de trabalhos e para não estarmos também a perder tempo relativamente a isso, quero só



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

informar que temos na Mesa, ainda para além do que foi enviado, o Relatório Semestral do ROC, com a Informação Económica e Financeira, relativamente, ao primeiro semestre de 2024 e, portanto, está à disposição dos Senhores Deputados, se assim o entenderem, para consultar:

**- Albigeç:**

- Instrumentos de Gestão Previsional de 2025, Relatório de Execução Orçamental 2º. trimestre de 2024, Relatório de Execução -3º. trimestre de 2024;

**- CATAA:**

Plano de Atividades de 2025;

**- Câmara Municipal de Castelo Branco:**

Informação Económica Financeira Semestral -1º. Semestre 2024;

- Ata nº. 30 de 20/09/2024 da Câmara Municipal;

- Ata nº. 31 de 30/09/2024, da Câmara Municipal;

**- Serviços Municipalizados de Castelo Branco:**

Informação Económica Financeira Semestral -1º. Semestre 2024;

- **ANMP:** Boletim nº. 9/2024;

- **Vale da Esteva** – Requerimento para participação na Assembleia Municipal;

**Câmara Municipal de Lagoa-Algarve** – Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios rurais que deflagraram nas regiões do Centro e Norte de Portugal Continental e de Solidariedade para com as populações afetadas e entidades envolvidas no combate aos fogos;

**Voz das Misericórdias:** Publicações de setembro, outubro e novembro de 2024;

**Associação Portuguesa de Deficientes** – Publicação nº. 321/novembro de 2024;

Relativamente a informações, como é sabido, no início deste Mandato, esta Assembleia Municipal aprovou propostas de desagregação de freguesias através do regime simplificado que depois tramitaram em tempo para a Assembleia da República.

Como possivelmente também tiveram conhecimento, tivemos oficiosamente conhecimento e informação que o Grupo de Trabalho Parlamentar sobre a desagregação de freguesias validou no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

território nacional 124 propostas de desagregação de Uniões de Freguesia, o que pode levar a que mais de 270 freguesias à situação em que estavam, antes da reforma administrativa de 2013.

A lista das propostas de desagregação de Uniões de Freguesia, aprovadas em votação dos Partidos e do Grupos de Trabalho de Freguesias, foram ratificadas, na passada terça-feira pela Comissão do Poder Local e Coesão Territorial, segundo o documento que a Lusa, teve acesso e que depois foi replicado na Comunicação Social.

No Concelho de Castelo Branco a situação é a seguinte, estão oficiosamente aprovadas as seguintes propostas de desagregação, a União de Freguesias Escalos de Baixo e Mata, União de Freguesias Escalos de Cima e Lousa, União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo.

Foram reprovadas as propostas de desagregação União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, com o argumento que não cumpre, ou que não cumpria o número de eleitores previamente definido na lei. A União de Freguesias de Freixal e Juncal do Campo, por não ter sido cumprido o prazo de aprovação aqui nesta Assembleia, que deveria ter sido até 21 de dezembro de 2022 e foi remetida a esta Assembleia pela Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Freixal e Juncal do Campo em data posterior, exatamente, aprovada aqui em 23 de março de 2023. A ser assim, e a confirmar logo que após eventual promulgação do Senhor Presidente da República, o nosso Concelho, a partir das próximas eleições autárquicas, passará a ter 22 freguesias ao invés das 19 que tem atualmente.

Entraram na Mesa duas moções do Grupo Municipal do Sempre Movimento Independente. A primeira, Atribuição de apoios a IPSS e elaboração de Regulamento Municipal, a segunda moção, é sobre o Plano de Diretor Municipal, consulta pública. E, portanto, mais daqui a pouco poderão ser apresentadas ou lidas. Recordo que o nº, 3 do artigo 41º do Regimento diz que as moções, recomendações e votos poderão ser lidos pelos seus representantes no Período Antes da Ordem do Dia, não podendo o tempo máximo de leitura ultrapassar a respetiva grelha de tempos constante do anexo 1 do presente Regimento. Portanto, está, então, à discussão, mais daqui a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

pouco. O primeiro subscritor das moções é o Senhor Deputado António Fernandes, que poderá fazer a apresentação respetiva, se assim o entender.

Relativamente às intervenções do período antes da ordem do dia, recordo os tempos.

**Partido Socialista, 22 minutos.**

**Sempre Movimento Independente, 18 minutos.**

**PSD/CDS-PP/PPM, 10 minutos**

**CHEGA, 6 minutos.**

**MPT, 4 minutos.**

E, portanto, vamos, então, de imediato, passar às intervenções. Daqui a pouco faremos novamente um ponto da situação, relativamente, aos Senhores Deputados presentes, mas, de qualquer forma, é óbvio e inegável que temos quórum e, estamos em condições de poder avançar.

Neste momento, vamos colocar a ata nº. 8/2024, referente à Sessão de 30/9 a aprovação:

### **2. Aprovação da ata:**

**Ata nº. 8/2024, referente à sessão de 30 de setembro.**

Aprovada, por unanimidade.

### **3. Intervenções.**

#### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Em primeiro lugar congratulo-me pela desagregação de Uniões de freguesia, deste modo, ficamos com 3 freguesias no concelho e que vai ao encontro dos anseios das respetivas populações e por isso mesmo, este Município, na sua aprovação na Assembleia caracteriza-se por estar reconhecido. Não sei se a Lei das Finanças Locais vai atribuir aqui o desenvolvimento que se necessita.

Senhor Presidente, quanto ao valor gasto nesta quadra Natalícia com o Natal comparativamente aos outros anos anteriores, aquilo que está proposto, vemos aí pelas ruas, mas,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a mim, preocupa-me a segurança e também as medidas que daí advêm, sobretudo, na passagem de ano.

Senhor Presidente da Câmara queríamos interpelá-lo em três aspetos que exigem informação e requerem a intervenção camarária:

**1- Estacionamento e estado de circulação do trânsito na cidade a determinadas** horas de ponta (manhã e tarde) em pontos nevrálgicos identificáveis, sem por vezes ter ajuda policial. Defendemos a redução do número de automóveis circulantes no interior do centro da cidade e do centro histórico, pois é, nos tempos que correm, um objetivo que urge cumprir, através do encerramento de circulação em ruas e através da promoção de utilização meios mais ecológicos (transportes públicos, circulação pedonal, de bicicleta, de trotinete, entre outros) e criação de espaços estacionamento. Este objetivo favorece a transformação da rua em espaço vivo, permitindo a expansão e atratividade do comércio e atividades lúdicas/culturais, de modo a contribuir para redução da circulação e estacionamento do automóvel no interior da cidade.

O nosso questionamento é revisar o estado dos espaços de estacionamento existentes à superfície e subterrâneo (devesa o mau estado com infiltrações) na cidade, de modo a salvaguardar o interesse público e a qualidade dos serviços prestados aos utentes e projetar a cidade para a defesa do ambiente. Parece-me que não há um regulamento atualizado de estacionamento para a cidade legitimado pela Assembleia Municipal no que toca à regulação do estacionamento. Tem intenção Sr. Presidente de possuir um sistema de informação em tempo real para a área da mobilidade, incluindo estacionamento e transportes públicos, fundos do Programa Operacional (muitos municípios). Consideramos que a informação é um mecanismo para evitar, muitas vezes, sobrecargas de acesso à cidade indicando lugares que estão disponíveis para estacionar, melhorando os parques de estacionamento e propondo outros para evitar o estacionamento no perímetro da zona centro da cidade, associadas a uma rede de bicicletas partilhadas e outras soluções de mobilidade. Ora ao criar uma plataforma de gestão integrada, focada na mobilidade, sendo um elemento agregador de dados e informação para uma melhor gestão instalação de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

painéis de informação nas entradas da cidade com indicação de capacidades disponíveis em parques de estacionamento e identificando esses parques. Haverá que evitar o estacionamento abusivo, pois queremos uma cidade mais inteligente na área da mobilidade, exigindo um adequado Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, ou seja uma visão estratégica de circulação e estacionamento.

### **2 -Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Castelo Branco.**

Senhor Presidente há algumas questões que devem ser tidas em consideração para prevenir, no contexto urbano e agroflorestal, os impactes negativos em cenários de alterações climáticas. A projeção das alterações climáticas para os vários cenários parece apontar para os países do sul da Europa, uma diminuição do volume anual de precipitação, aumento das temperaturas, aumento da frequência de ondas de calor e dos períodos de seca. Contudo, o padrão de distribuição da chuva comporta uma margem de incerteza maior, o que pode em alguns aspetos, como o aumento da frequência de fenómenos extremos, fazer muita diferença nos custos para os municípios e para a sociedade. Nas áreas florestais, mais expostas aos incêndios, por aumento das temperaturas e das condições de aridez, é imperioso que as medidas de prevenção sejam efetivamente implementadas, e que se mostrem eficazes na diminuição da ocorrência destes incidentes. Igualmente importante, dadas as condições propícias de arrastamento de cinzas e sedimentos, é garantir a construção de estruturas de retenção desta carga poluente dos reservatórios de água a jusante, através do posicionamento de barreiras de deposição destes materiais.

De facto, as condições agravadas de aridez, previstas em todos os cenários de alterações climáticas, recomendam que as instâncias decisoras locais promovam a construção das captações de água, suficientes para suprir as necessidades hídricas dos vários usos deste recurso. Por conseguinte, identificamos a necessidade de o Município Castelo Branco criar materiais complementares destinados a acompanhar o percurso da implementação das ações propostas. Além disso, deve haver informações, se esses materiais não forem recolhidos de forma simplificada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

e sistematizada, com fácil acesso, as ações podem-se tornar inacessíveis e/ou incompreensíveis para a comunidade, dificultando o acompanhamento e a exigência da população na execução dos projetos/ações propostos. Detetamos uma forte necessidade de trabalho contínuo em diversas frentes, particularmente o ir além do reconhecimento e formulação de planos de mitigação e adaptação em resposta às ameaças relacionadas aos cenários atuais e futuros de mudanças climáticas no nosso território. É fundamental que o plano na sua estrutura cumpra os prazos e metas definidas, identificando e alocando financiamento disponível e grupos de trabalho. Também é essencial que haja um acompanhamento sistemático e contínuo da aplicação das suas medidas, apesar de existir teoricamente muitas dúvidas sobre a eficácia do planeamento e as medidas de adaptação local. Aconselhamos a haver um Conselho Local de Acompanhamento que contribua para a promoção e análise e monitorização da adaptação local no sentido de uma governança adaptativa mais eficiente, participada e duradoura, ou seja, uma estrutura flexível e inclusiva, de caráter consultivo.

**3 -Fazer reuniões de Assembleias Municipais extraordinárias de análise e esclarecimento** de dúvidas de documentos que são cruciais para a vida da autarquia e que urge de imediato para o território, é o caso do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município (RMUE legislação de 2020), o Plano Diretor Municipal, a Carta Educativa do território articulado com Plano Estratégico para a Educação Municipal (PEEM), Plano Municipal de Emergência Proteção Civil de Castelo Branco (2014), revisão do Projeto Regulamentação Municipal sobre estacionamento e garagens na cidade (2005), atualização do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município, etc. Considero que poderia ter reunido sobre o Plano de Urbanização auscultando mais os Grupos Municipais, porque há aspetos técnicos que gostaríamos de saber mais em pormenor.

### **João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)**

Eu, visto que o Senhor Presidente fez referência a isso, não podia deixar de dar uma nota, visto que faço parte da comissão que esteve com a desagregação das Uniãoes Freguesias e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

efetivamente, o que aconteceu no grupo de trabalho, alguns partidos não fizeram isso, mas, por exemplo, o partido que represento do CHEGA foi isso que fez, havia análises técnicas que cumpridos os requisitos, por exemplo, Cafede tinha menos de 250 eleitores, havia outras que entregaram depois do prazo, e, por exemplo, o CHEGA votou de acordo com a análise técnica, se cumpriam os requisitos, votávamos a favor, se não cumpriam, votávamos contra.

Há outros partidos, e convido-vos a ir ver, que não tiveram essa decisão, o que é um pouco esquisito, parece que tinha sido pedido um favor e depois mudavam o sentido de voto, foi bastante curioso.

Depois, quero dar uma nota, não podemos deitar os foguetes, porque a votação vai ser só feita no dia 17 de janeiro, pelas 10 horas da manhã, sexta-feira, em sede de Plenário, e pode ou não haver aprovação.

Dentro do PSD existe uma linha que está mais ligada à ANAFRE, isto é conhecido, quer queira ou não queira, existe outra linha que quer, vamos ver como é que vão votar, mas não é certo que aquilo que aconteceu se consiga aprovar.

E ainda, mesmo sendo aprovado, também não é certo que se consiga, em tempo útil, fazer todos os procedimentos para realmente termos essas freguesias a mais nas próximas eleições. É uma preocupação, ou seja, não vamos criar aqui muito alarido.

A outra questão que queria colocar, estamos em época natalícia, e nunca é demais pedir, para o próximo ano vamos ter aqui umas mesinhas na nossa Assembleia Municipal para não termos as folhinhas em cima do colo.

Outra questão, onde é que está o nosso comboio de Natal? O comboio de Natal não chegou. Está na linha da Beira Baixa.

Depois, há situações que me preocupam, e posso estar a cometer alguma imprecisão, mas deve ser a única sede de Distrito que, neste momento, só tem um Vereador a Tempo Inteiro, não sei se estou errado ou não. E, realmente, é uma coisa que acho que nos deve fazer pensar, é, nós temos um Executivo da Câmara, que acho que já não é muito grande, sete Vereadores e, neste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

momento, temos um Vereador que foi eleito por um partido que está independente, temos supostamente um Vice-Presidente que vi na Comunicação Social e que não consigo perceber, se ele saiu, se ficou a meio tempo, se ficou mais ou menos, isto realmente para uma questão de transparência, não faz grande sentido. Nós não podemos estar aqui porque estamos agarrados ao cargo, somos eleitos, sim senhor, o cargo é pessoal, a eleição é pessoal, mas representamos um movimento, ou um partido. E acho que quando as coisas não correm bem, para já a ideia que passa é de uma de desunião.

Como é que dentro de um Executivo, do mesmo partido não existe união? Como é que vamos conseguir criar união em toda a Câmara Municipal? Como é que isto é possível?

Eu não consigo perceber, aparece na Comunicação Social uma das partes a dar uma informação, a outra parte não dá informação, acho que era de todo o interesse, ser a própria Câmara Municipal oficialmente a fazer uma comunicação e dizer “vamos fazer uma reestruturação interna”.

Por algum motivo, não interessa, mas acho que isto é essencial, se as pessoas já não estão de corpo e alma entregues, não se reveem no projeto, devem sair e dar lugar a outra, é por isso que há suplentes e pessoas a mais nas listas.

Senhor Presidente, acho que está numa posição bastante fragilizada, falta menos de um ano para eleições, quando dentro do seu Executivo, que repito, na minha opinião, já é um Executivo, relativamente, pequeno para uma Câmara da dimensão de Castelo Branco, e tem uma pessoa que era o seu braço direito, que diz, “afinal vou-me embora” com umas explicações pouco esclarecedoras.

Obrigado.

### **João José Louro Ramos (PSD/CDS/PPM)**

Começo por reconhecer o apoio que a Câmara Municipal tem dado as freguesias, todos sabemos as dificuldades que as mesmas têm em fazer obra, é de facto importante e fundamental



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

o apoio dado pela Câmara Municipal, como evidencia basta ver o conteúdo da convocatória desta assembleia;

### **Dois projetos importantes para Monforte que constam no orçamento da Câmara Municipal para 2025:**

Estrada Municipal 554 que liga Monforte a EN18 tema que abordei na última Assembleia Municipal, para quando o início das obras???

Escola:

Situação atual

Transportamos todos os dias de Monforte para Malpica 21/23 crianças e duas auxiliares, começamos às sete e meia e terminamos às nove meia, quatro viagens de ida e volta a tarde repete-se o mesmo ciclo. O custo anual com os transportes multiplicado por 12 anos representa a construção/requalificação da escola tendo como referência o valor que consta no orçamento (400 mil euros). A requalificação da escola de Monforte traz várias vantagens nomeadamente:

- 1- Reduzimos o risco de acidentes no transporte;
- 2- Seguramente o aproveitamento escolar será superior;
- 3- Custo de transporte será nulo;

Perante esta realidade para quando o início da obra??

Bom Natal a todos.

Disse.

Obrigado.

### **António Augusto Cabral Marques Fernandes (SEMPRE-MI)**

Estamos na quadra natalícia. Tempo para a família e para os amigos. Tempo da tolerância, pluralidade, solidariedade, fraternidade e tudo o mais que reivindique humanidade.

Mas há acontecimentos que nos deixam chocados.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Na sexta-feira passada, um médico psiquiatra saudita de 50 anos a viver há quase duas décadas na Alemanha atropelou centenas de pessoas que se encontravam num mercado de Natal na cidade de Magdeburgo. A polícia alemã identificou o suspeito do ataque que matou pelo menos cinco pessoas e feriu mais de 200. Aparentemente os motivos para o ataque estão relacionados com descontentamento do suspeito com o tratamento dado aos refugiados provenientes da Arábia Saudita na Alemanha.

Não será este o Natal com que todos sonhámos...

No dia anterior, quinta-feira, em Lisboa, assistimos a uma operação policial no Martim Moniz que dividiu a sociedade e provocou acesas conversas ao ser considerada e valorizada por uns e condenada por outros.

António Barreto, num artigo de opinião publicado no Jornal Público no sábado, com o título “Ainda e sempre a imigração”, escreveu: “Não há solução fácil para os problemas de imigração e de acolhimento. Mas a passividade é a pior atitude. Deixar correr, não tentar controlar, não ordenar, não definir horizontes, não estipular condições e não fazer um colossal esforço de integração são erros crassos cujos preços a Europa começa a pagar”.

Também não será esta a Europa com que sonhámos...

António Barreto escreveu ainda que “Ter medo da imigração é ter medo da liberdade.”

Ao ler esta frase no artigo de António Barreto fiz uma analogia com Castelo Branco e questioneei:

Ter medo de uma boa estratégia é ter medo do sucesso?

O que eu gostava mesmo é que existisse uma boa estratégia para Castelo Branco. O que eu gostava é que existisse uma visão capaz, coerente, concertada e determinada no nosso desenvolvimento.

E que o estímulo estivesse sempre presente.

O estímulo a todos. Mesmo de todos!

Aos mais novos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aos mais velhos

Aos que estudam

Aos que trabalham

Aos que já trabalharam

Aos que querem trabalhar

Aos que não têm trabalho

Às instituições

Às empresas

Às associações

A todas as organizações

Com uma liderança forte, que una e valorize a nossa comunidade.

Com uma estratégia local capaz que aproveite os recursos existentes.

Com uma ação focada e consentânea e nunca espartilhada.

Com capacidade reivindicativa junto da administração central.

Este será o Castelo Branco que sonhamos.

Mas há temas muito preocupantes ...

Veja-se, a título de exemplo, a perda para Castelo Branco da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro com a sua integração na CCDR-C. Assistimos a uma enorme passividade, e concordância, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco com o governo do PS, em obediência incompreensível, quando se deveria ter juntado a nós na defesa de Castelo Branco.

Aqui na Assembleia Municipal, referiu-nos o Senhor Presidente da Câmara Municipal ter a certeza de que perdíamos a Direção Regional, mas ganhávamos uma Vice-presidência da CCDR-C.

Até agora só perdemos competências, com pessoas a sair e assuntos transferidos para Coimbra.

Como escreveu António Barreto no artigo do público: a passividade é a pior atitude!

Não é este o Castelo Branco com que sonhámos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Haja esperança!

Um Feliz Natal e Excelente Ano Novo.

### **Daniel António Guerreira Almeida (PS)**

Venho hoje abordar um tema que merece destaque pelo impacto direto e positivo que terá na cidade e pela forma como reflete uma gestão atenta às necessidades dos nossos cidadãos: os recentes investimentos em requalificação urbana e a criação de novos espaços de estacionamento em Castelo Branco.

Começo por reconhecer a importância da intervenção junto ao Hospital Amato Lusitano, onde as obras de construção de um parque de estacionamento organizado vêm substituir um espaço que, até agora, se encontrava numa condição informal e muitas vezes precária. Quem utiliza este espaço sabe bem os transtornos que surgem, especialmente em dias de chuva, com o terreno enlameado e as dificuldades de circulação. Esta requalificação vai, sem dúvida, melhorar o conforto e a acessibilidade para todos, especialmente para os utentes do hospital, os familiares e os profissionais que lá trabalham.

Destaco também a decisão de reabilitar o espaço na Avenida 1º de Maio, que será transformado num parque à superfície, com capacidade para 92 viaturas, oferecendo uma resposta concreta à necessidade de estacionamento naquela zona. A escolha de arrendar o terreno aos proprietários, demolir os armazéns devolutos e criar novas entradas, incluindo uma pela Rua de Santiago, demonstra uma abordagem prática e sensível às necessidades dos moradores e comerciantes daquela área.

A requalificação urbana não se limita, felizmente, ao estacionamento. A anunciada conservação e beneficiação do troço de ligação entre a Rotunda da Igreja da Graça e a Rotunda do Vale do Romeiro é mais uma obra que já se fazia esperar. Este troço, essencial para a circulação através das variantes da cidade, merece esta intervenção que irá melhorar a segurança e a fluidez do trânsito.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No total, estamos a falar de um investimento de cerca de 800 mil euros, que inclui todas estas intervenções, realizadas com o objetivo de valorizar a nossa cidade e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida de quem aqui vive.

Esta onda de requalificações merece continuidade e um alargamento também às zonas mais periféricas da cidade e freguesias. Contamos consigo, Senhor Presidente.

### **Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (SEMPRE-MI)**

A Habitação, a redução do Desperdício de recursos e a Mobilidade, são cada vez mais temas da atualidade, que precisamos debater para prepararmos o futuro.

Um futuro sustentável tem que estar no centro das nossas preocupações individuais e coletivas.

Castelo Branco tem ótimas condições para fomentar a mobilidade sustentável.

Temos um programa de apoio à aquisição de bicicletas e temos bicicletas partilhadas, agora precisamos de criar condições para que possam ser usadas como meio de transporte o dia-a-dia.

Sem ciclovias não teremos utilizadores de bicicletas nas nossas ruas.

Todas as cidades que criaram uma rede viável de ciclovias, viram o número de utilizadores de bicicletas, aumentar até acima das expectativas.

Em Castelo Branco, temos múltiplos espaços verdes e culturais que convidam ao lazer e ao bem-estar dos cidadãos e que promovem hábitos de vida saudáveis.

Temos algumas ciclovias, mas precisamos de dar continuidade às obras que estavam previstas e em curso e alargar esta rede, acompanhando ventos de mudança que sopram um pouco por todo o mundo nos países onde o conceito de ciclovias está implementado, as pessoas privilegiam o uso da bicicleta e dos transportes coletivos em detrimento da utilização individual do automóvel.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É também nestes países que os cidadãos registam os mais elevados níveis de felicidade e de qualidade de vida.

As ciclovias são essenciais para incentivarmos os cidadãos a aderirem à mobilidade suave que tem vantagens para todos.

Alguns dirão que em Castelo Branco não há muitos utilizadores de bicicletas, mas essa é uma visão redutora, porque as ciclovias não se destinam àqueles que já utilizam bicicletas, destinam-se sim a incentivar o seu uso criando condições de segurança.

As ciclovias permitem que os ciclistas não atrapalhem o trânsito, nem sejam sujeitos ao seu ritmo.

As ciclovias estão estudadas e comprovadas há décadas em cidades pelo mundo. conhecem-se os seus benefícios e os impactos na vida dos cidadãos.

Cada bicicleta a circular será um automóvel a menos nas nossas ruas, é uma solução prática e adequada a todas as idades, até porque existem também bicicletas elétricas.

Existem inúmeras vantagens das ciclovias e da utilização das bicicletas, mas permitam-me sublinhar que proporciona uma redução do espaço ocupado na via pública, a melhoria da saúde, a promoção de hábitos de vida saudáveis, a redução do peso, o combate ao sedentarismo, reduz o stress, reduz a poluição e o ruído urbano e ao contrário do que poderíamos pensar, beneficia o comércio local porque as bicicletas circulam a baixa velocidade e facilmente estacionam.

Nas cidades onde há ciclovias as empresas de entregas, aderem a este meio de transporte, os estudantes deslocam-se em segurança com uma enorme sensação de liberdade e percecionando também a cidade de outra forma, os trabalhadores e os munícipes em geral, podem deslocar-se com enorme poupança financeira e grande melhoria da sua qualidade de vida.

Temos bons exemplos pela Europa, onde até governantes utilizam a bicicleta e dão o exemplo aos seus concidadãos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mesmo em cidades como Lisboa, onde o tema das ciclovias foi controverso pela redução de faixas de rodagem e de estacionamento, hoje os benefícios que essa mudança permitiu, são consensuais.

Sempre que há mudança há resistência, todos temos dificuldade de sair da nossa zona de conforto, mas estou convicto de que as ruas ficarão mais bonitas, devolvidas aos cidadãos, mais libertas, disponíveis para serem usufruídas por todos, mesmo por aqueles que não pretendem usar a bicicleta.

Mais importante será perguntar que futuro queremos deixar aos nossos filhos e netos e que esforços estamos disponíveis para fazer de modo a permitir esta transição que está em marcha em todo o mundo desenvolvido.

Os decisores políticos ponderam naturalmente, sempre os custos de tomar uma decisão. Mas qual será também o custo de adiar esta decisão?

Esta Assembleia Municipal discutiu em mandatos anteriores e optou por apoiar a decisão de construir ciclovias tendo avaliado os prós e contras.

O que pergunto ao Senhor Presidente e ao seu Executivo, é o que pretendem fazer nesta matéria e qual é a sua visão estratégica neste tema.

### **Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS)**

Mais do que obra nova, é fundamental cuidar e preservar as que já temos e muitas infraestruturas deixaram-se degradar e careciam há muito de serem intervencionadas.

É, pois, com satisfação que hoje assinalo a substituição dos 3 relvados dos campos da zona de lazer. No final de abril, nesta Assembleia Municipal questioneei o Senhor Presidente acerca da degradação dos mesmos. Em outubro esta intervenção, com um investimento de cerca de 500 mil euros estava concluída, diga-se, com muita qualidade. Os campos estão belíssimos.

Congratulo-me também pela intervenção que está a acontecer na pista de atletismo com o arrelvamento do campo da academia de futebol, num investimento também de cerca de 500 mil



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

euros, assim como, a construção das bancadas da pista de atletismo que também se vai concretizar, numa intervenção mais ampla e mais contextualizada e que permitirá dar dimensão quer ao Atletismo quer ao Futebol. Na Assembleia Municipal de abril referi que questionei três Presidentes de Câmara acerca desta lacuna. Não posso deixar de assinalar que à terceira foi mesmo de vez.

No âmbito desportivo, refiro também as requalificações dos pisos dos pavilhões da Boa Esperança e da Associação do Retaxo, cada um com um investimento de mais de 100 mil euros.

Por último, também os balneários da escola Afonso de Paiva foram renovados. Desde que me lembro, há mais de 40 anos que se encontravam num estado miserável. Só tenho pena que se tenha concretizado depois de eu sair da escola....

Portanto, para terminar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando a oposição passa o tempo a bradar, até com falsas citações, que os Presidentes não herdam problemas, como afirmaram numa das vossas inúmeras conferências de imprensa, estas intervenções de requalificação que referi não são coisa pouca.

### **José Alberto Moreira Duarte (PSD/CDS/PPM)**

Parece que ainda hoje começou o ano e já estamos no fim do mesmo, se olharmos para a frente rapidamente percebemos que é a última Assembleia deste mandato que recebe o Natal. Será também nesta Assembleia que vamos aprovar o último orçamento deste mandato, razões mais que suficientes para fazermos um pequeno balanço.

Nas últimas eleições ditaram os resultados que os eleitores que confiaram o seu voto aos eleitos da coligação PSD/CDS/PPM pudessem ser contemplados com decisões que há muitos anos os albacastrenses sonhavam.

As propostas apresentadas no nosso programa eleitoral, nomeadamente, o apoio financeiro às crianças das idades em creches que se fixaram mais tarde gratuitas, as refeições gratuitas para todas as crianças que frequentam o pré-escolar, primeiro ciclo de forma faseada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

agora universal, a devolução do IRS aos Municípios do Concelho de forma faseada, começando com 2,5% em 2022 e 4% em 2025, o apoio financeiro para os passes dos transportes públicos. Com a implementação destas medidas proporcionou a Castelo Branco, em particular às famílias, a oportunidade de ver o futuro de forma diferente.

Não poderei referir aqui que estas e outras medidas foram repetidamente propostas pelo PSD aos anteriores Executivos Socialistas que além de nunca as acolherem, até se atreviam a reprová-las. Hoje sou eu que me atrevo a deixar as seguintes questões ao Senhor Presidente:

Quando no passado o Senhor Presidente votava contra estas medidas, fazia-o por convicção ou por arrasto de quem orgulhosamente mandava?

Se não fossem os eleitos da Coligação PSD/CDS/PPM a defendê-las até às últimas consequências, poderíamos acreditar que as colocariam em prática por sua iniciativa?

O que pensa o Senhor Presidente do sentido de voto dos outros eleitos que ao longo deste mandato continuaram a votar contra estas medidas?

Pela nossa parte fico feliz por ter percebido que os eleitos da Coligação PSD/CDS/PPM estão aqui de uma forma construtiva e na defesa dos interesses de todos os albicastrenses.

Assim, acredito Senhor Presidente, enquanto aqui estivermos e porque outros interesses não nos movem e porque os albicastrenses podem contar com a nossa validação dos documentos conducentes a discussão de políticas sérias, sem ódios e sem vinganças.

E porque o Natal está a chegar resta-nos desejar um Santo e Feliz Natal.

Eu queria dizer, já que as moções já foram apresentadas que nós, é nossa prática, somos convidados a participar nas moções, damos a nossa observação e o nosso contributo, como simplesmente nos foram entregues, sem mais nada, vamo-nos abster.

Não posso deixar de dizer que foi o PSD que durante quatro anos, andou sempre a recomendar e a pedir que fossem feitos Regulamentos e os Executivos anteriores sempre os reprovaram até que foram obrigados a fazê-los pelo Tribunal de Contas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero felicitar a Senhora Deputada Carla Massano porque fala-nos de assuntos em abril e estão prontos em outubro. Nós nem sempre conseguimos estes objetivos, por isso é de louvar e dou-lhe os parabéns

### **Maria José Sobreira Rafael (SEMPRE-MI)**

Hoje, provavelmente é a última Assembleia do ano, relembro alguns assuntos já muito falados pelo SEMPRE aqui mesmo. Não por falta de criatividade ou que não haja outros assuntos a debater, mas simplesmente porque são assuntos que parecem ir caindo no esquecimento e que, alguns de nós, queremos trazer à luz do dia...

Vai-me desculpar Senhor Presidente, mas sou muito insistente no que respeita à Escola de Chefes. Afinal são 2 milhões de euros investidos no Projeto.

Há algumas Assembleias atrás, falou-nos da possibilidade de formação profissional na área da cozinha restauração e serviços de mesa. Falou-nos igualmente em investigação gastronómica. Quer isso dizer que poderemos esperar Ensino Superior no Centro de Estudos Gastronómico? Relembro um artigo do Diário Digital, de 3 de novembro de 2023, em que referiu o estabelecimento de parcerias com Universidades e com o Politécnico de Castelo Branco. As conversações foram já encetadas?

Na página digital do Reconquista, a 18 de julho, deste ano, pode ler-se “Obras de construção da Escola de Chefs acabam de ser, finalmente, adjudicadas pelo valor de 2 milhões 539 mil euros (acrescido de IVA).”

O valor subiu um bocadinho...! Para quando o início da sua construção?

E, de acordo com a contratualização, para quando a entrega do Centro de Estudos já pronto?

E como falamos de uma instituição na zona do castelo e também porque esta é uma área nobre da cidade e que deve ser cuidada, reabilitada e explorada turisticamente, passo a falar do Castelo, nomeadamente a reconstrução da Torre de Ouro. Está perfeitamente identificada na maquete construída por Júlio Vaz de Carvalho, estudioso do Castelo.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Este assunto foi falado em novembro do ano passado e, que me lembre, não se voltou a ouvir falar no dele. Seria de facto importante a reconstrução da porta de entrada do Castelo. De acordo com o que foi anunciado na altura, teriam falado com o arquiteto Nuno Villamariz (um dos melhores arquitetos da Europa, especialista na época medieval).

Houve evolução nas conversações? Ainda se coloca a possibilidade de ser reconstruída parte da muralha? Gostaríamos de saber se já tem uma resposta sobre este assunto. E como o Senhor Presidente referia, e cito, “todo o processo será feito em articulação com a cidade, em primeiro lugar, e com aqueles que sentem e vivem a cidade.” Assim esperamos...

Nesta época Natalícia, desejo umas festas felizes a todos os presentes, que nos tragam paz, serenidade e empatia.

Obrigada.

### **Christelle Varanda Domingos (PS)**

É com grande satisfação que partilho hoje os esforços contínuos da Câmara Municipal no apoio às famílias do nosso Concelho. Estes esforços refletem o compromisso que esta autarquia assumiu há 3 anos em criar as condições necessárias para que todas as famílias que escolham Castelo Branco para viver, tenham aqui o suporte necessário para o seu dia a dia, particularmente em áreas tão essenciais quanto a educação e o bem-estar das nossas crianças.

No âmbito dos apoios contínuos, quero destacar:

1. CRECHES: O investimento já realizado de €99.608,33 para garantir que as nossas crianças tenham acesso a creches de qualidade, aliviando um peso significativo para as famílias.
2. REFEIÇÕES ESCOLARES: Para assegurar que nenhuma criança fique sem uma refeição nutritiva durante o período letivo, este Executivo destinou durante 2024, €305.544,18 em pagamento de refeições escolares.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

3. ESCOLA A TEMPO INTEIRO (ETI): Aqui, gostaria de enfatizar o esforço extraordinário do Município nesta área. A ETI não é apenas um serviço, é um pilar essencial para apoiar a conciliação entre a vida profissional e familiar. Este ano, o Município de Castelo Branco investiu um impressionante montante de €734.491,05, exclusivamente para garantir a presença de professores e a continuidade das atividades educativas ao longo do dia. Este valor reflete claramente o compromisso deste Executivo com a educação, com as famílias e, acima de tudo, com o futuro das nossas crianças.

Muitos poderão não ter noção disso, mas a realidade é que a Escola a Tempo Inteiro é, sem dúvida, uma das iniciativas que mais impacto tem no quotidiano das famílias albicastrenses, permitindo que os pais possam exercer as suas profissões com tranquilidade, sabendo que os seus filhos estão num ambiente educativo seguro e enriquecedor.

Além destes apoios contínuos, é com orgulho que destaco o passo significativo que foi dado para reforçar a resposta às necessidades das famílias: a construção da nova Creche na Quinta das Violetas, atualmente já com as obras em curso.

Esta creche, situada no Bairro das Violetas, representa um investimento total de €2.110.464,92, sendo que cerca de €330.000,00 serão comparticipados pela Segurança Social no âmbito do PRR. A nova infraestrutura terá capacidade para acolher 84 crianças e será um marco para a nossa comunidade e para as famílias:

- . Ela irá responder ao aumento da procura por vagas em creches no nosso Concelho, um problema que apenas este Executivo procurou dar resposta;

- . Irá apoiar as famílias jovens, promovendo a conciliação entre a vida profissional e familiar e permitirá oferecer às nossas crianças um espaço educativo moderno e seguro;

Para além de contribuir para a criação de novos postos de trabalho e estimular a economia local.

Esta obra representa bem, o firme compromisso desta autarquia com o futuro das famílias de Castelo Branco. Estes investimentos, especialmente os mais de 734 mil euros destinados à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Escola a Tempo Inteiro, são uma demonstração clara de que esta Câmara Municipal aposta fortemente na educação, na proteção das famílias e no bem-estar das crianças.

Nesta época especial, marcada pelo espírito de união e partilha, faço os desejos que esta Câmara Municipal, liderada por Leopoldo Rodrigues, continue a trabalhar para que Castelo Branco seja um concelho onde as famílias encontram oportunidades, apoio e qualidade de vida.

Desejo a todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de saúde, alegria e prosperidade.

### **Maria da Conceição Pereira (CHEGA)**

Eu tenho ouvido falar aqui em famílias, jovens, crianças, infantários, mas estão a esquecer-se de uma classe que quase todos lá chegamos que são os idosos e a nossa cidade, o nosso Distrito é essencialmente idoso, se não fossem os estrangeiros, digamos assim, a virem porque os novos de cá estão a partir, infelizmente, são os idosos que ficam e quem fala deles? Agora nesta época Natalícia que muitos deles estão sozinhos, passam o Natal sozinhos, foi feito algum jantar de Natal para estas pessoas? Foram feitos alguns cabazes de Natal para estes idosos? Acho que estão um pouco esquecidos na nossa cidade. Era bom que se recordasse disto.

### **Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida (SEMPRE -MI)**

“Piscina, zona para a prática de desporto, zona de merendas e convívio, um parque infantil e bungalows”

Do que estaremos nós a falar? Lembra-se Senhor Presidente? Está tudo na edição de 26 de maio de 2022 do Reconquista. Faz hoje 942 dias que, neste jornal, anunciou que “no futuro” o nosso parque de campismo iria receber estas beneficiações.

Diga-nos então. Passados 942 dias o que falta fazer? Quase tudo ou tudo?

E por falar em piscinas... foi referido por si também no Reconquista na sua edição de 6 de junho de 2022 que estava a decorrer um procedimento para permitir à Ordem dos Arquitetos o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

lançamento de um concurso de ideias para requalificação e posterior devolução aos albicastrenses do espaço da “Antiga Piscina da Cidade de Castelo Branco”.

Esperava eu que ao fim de 928 dias poder perguntar-lhe, qual a proposta que ganhou o concurso?

Após alguma investigação verifiquei que não me poderia responder a esta pergunta, mas desta vez não por vontade sua. É que, 838 dias depois do primeiro anúncio aparece no Facebook do município, a 25 de setembro de 2024, o anúncio da 1ª edição do “ENCONTRA - Encontros Regionais de Arquitetura”, que vai ter no seu programa o lançamento do Concurso Público de Conceção para a “Reconstrução e Alteração da Antiga Piscina da Cidade de Castelo Branco”, refere mesmo para estramos atentos à divulgação das datas. Anunciou duas vezes a mesma coisa, com todos estes dias de intervalo.

Finalmente e após todos estes dias, aqui fica a pergunta mais importante. Quando pensa poder “devolver-nos este espaço”?

Festas Felizes para todos e um 2025 cheio de coisas boas.

### **Joaquim Manuel Faustino (PS)**

Para os mais desatentos, ou que apregoam a falta de investimento deste Executivo venho lembrar que a Câmara Municipal de Castelo Branco vai levar a efeito a empreitada que visa a requalificação e infraestruturização de arruamentos da zona ZUE-R na Quinta da Carapalha, zona em atual expansão urbana, que se encontra atualmente com o seu pavimento bastante degradado, com irregularidades e depressões que dificultam a circulação, por forma a assegurar uma melhoria das condições de circulação, no que se refere concretamente, às condições de segurança e de conforto dos seus utilizadores.

Esta empreitada, no valor 1.312.734,53 €, contempla, além da pavimentação da via e introdução de novos passeios e estacionamento, trabalhos de melhoria na rede de abastecimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de águas e drenagem pluvial, infraestruturas elétricas, infraestruturas de telecomunicações e respetiva sinalização rodoviária.

É de referir que os Serviços Municipalizados de Castelo Branco farão também uma intervenção na zona da Carpalha, conforme noticiado pelo jornal Reconquista desta semana.

Mas atenção que são obras diferentes, uma dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco e outra da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Em jeito de conclusão, não podemos construir outro aeródromo, construir avenidas já construídas ou fazer outras grandes obras já feitas, basta, como alguém canta “VAMOS FAZER O QUE AINDA NÃO FOI FEITO” e como se diz pela minha terra “MAI NADA”.

Tenho dito.

### **Ana Cristina Marques Lourenço (SEMPRE-MI)**

Foi aprovada, por unanimidade, em agosto de 2022, numa reunião do Executivo, uma moção, proposta pelo SEMPRE para que a Câmara Municipal desenvolvesse os procedimentos necessários com vista a assumir os custos relacionados com a continuidade ou colocação de caixas automáticas em todas as freguesias do concelho.

Esta moção foi depois aprovada na Assembleia Municipal em setembro de 2022.

Na altura, o Senhor Presidente saudou a moção pois esta “evidenciava a relevância dos multibancos no serviço que prestam às populações” e teve também a oportunidade de afirmar, tanto na reunião do Executivo onde a moção foi aprovada, como na comunicação social onde a notícia fez eco, que a apresentação desta moção pelo SEMPRE era desnecessária, pois fazia parte das promessas eleitorais do Partido Socialista para as autárquicas de 2021.

Gostaríamos de saber então, Senhor Presidente, como é que está esta situação dos multibancos nas Freguesias?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Uma moção aprovada, por unanimidade, no Executivo, aprovada na Assembleia Municipal, parte das suas promessas eleitorais de 2021 e reconhecida por si como relevante para as populações, como está, passado todo este tempo?

Estamos a 9 meses do final do seu mandato, e o SEMPRE, as freguesias e os fregueses, que continuam a aguardar com expectativa pela sua concretização, gostariam de saber como é que pretende cumprir com o prometido e o aprovado?

### **Maria Cristina Vicente Granada (PS)**

O Município de Castelo Branco demonstra, uma vez mais, neste período natalício, que se preocupa com a valorização das dinâmicas económicas locais.

A época natalícia é uma oportunidade para promover a visibilidade do comércio local, prova disso, os cuidados com as ruas, a requalificação das vias, a decoração natalícia.

O sorteio de Natal, promovido com a colaboração da ACICB, é uma das iniciativas que concorre igualmente para a valorização do comércio local, e mais tradicional.

Para mais, entre o os dias 6 de dezembro e 6 de janeiro, a cidade ferve de ações e iniciativas de qualidade.

Os territórios competem uns com os outros e os Municípios devem agir para atrair visitantes e turistas e também dinamizar socioculturalmente e economicamente as comunidades locais.

Promovendo produtos gastronómicos e artesanais, valorizando os Agrupamentos e Associações Recreativas e Culturais, Castelo Branco preenche os dias com muitas e variadas propostas:

- O Mercadinho de Natal;
- A Aldeia do Pai Natal;
- O Jardim Polar, com pista de patinagem requalificada;
- A oficina dos Duende;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- A Floresta Encantada;

- As ruas, os parques, os espaços de cultura, recebem teatro, dança, música, artesãos, artistas de renome, numa oferta rica e muito atrativa.

As várias equipas municipais, dedicadas à cidade, ao setor educativo, ao setor cultural têm-se desdobrado para corresponder às necessidades de um desenvolvimento local mais inclusivo.

Não têm faltado os momentos que abraçam os mais novos e os mais velhos, numa vontade patente de apoiar as diversas comunidades locais nas suas necessidades.

As propostas mais modernas aliadas às mais tradicionais, como os ateliers, os espetáculos ou os madeiros e o presépio, animam Castelo Branco e as Freguesias entre dezembro e o Dia dos Reis.

O espetáculo de fim de ano, na cidade e nas Freguesias representam igualmente uma dedicação a todo o Concelho, nas suas vertentes sociocultural e socioeconómica de uma forma indissociável.

E muito trabalho, muita dedicação, um investimento certo, uma vez que a dinâmica económica o acompanha, os albicastrenses merecem.

Parabéns ao Executivo, Senhor Presidente e a todos Boas Festas e um Feliz Ano Novo.

### **Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)**

Sendo, esta a última Assembleia Municipal deste ano, vou fazer umas breves considerações a título de balanço do último ano que hoje assinalamos praticamente o final. Antes de mais, queria dizer aqui que as pessoas sempre estiveram primeiro, na Europa e para a Europa as pessoas sempre foram a principal atenção e devem continuar a ser a principal atenção por parte da Europa. Digo isto, porque foi aqui mencionado o incidente que ocorreu na Alemanha e claro está, que nós todos Europeus, sabemos acolher a nossa tradição histórica que sempre foi de acolhimento a todos os povos, todas as etnias, de todas as origens étnicas, religiosas e os problemas de insegurança a nível europeu são problemas que a Europa deve ter sempre em conta e nunca deve fugir da sua



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

matriz humanista e da sua matriz democrática que a Europa sempre teve ao longo destes anos, desde a fundação da União Europeia. Aliás a União Europeia foi criada para fomentar a paz e deverá ter mecanismos para proteger essa mesma paz dentro da própria Europa. Passado isto, diria que volvido um ano, as políticas desenvolvidas pelo nosso Executivo sempre tiveram como centro da sua atenção as pessoas. As pessoas são sem dúvida alguma, o objetivo principal da governação deste Executivo. As pessoas são a principal razão do desenvolvimento das políticas do Executivo Camarário e são essas pessoas que estão no centro das atenções no orçamento que hoje é votado. As pessoas, as suas necessidades elementares, as suas necessidades de Educação, as suas necessidades sociais, as suas necessidades para que sejam criadas condições para que vivam em Castelo Branco, para que fiquem em Castelo Branco e não necessitem de sair de Castelo Branco.

Sim, temos uma camada de idosos, temos uma franja da população muito idosa. É verdade, a Europa na sua generalidade tem esse problema, o problema do envelhecimento da população. Sim, o nosso Executivo tem implementado políticas que visam também a proteção dos mais idosos, mas também dos mais jovens porque é deles que é feito o rejuvenescimento da população. É por isso que a Escola a Tempo Inteiro tem sido e é uma medida altamente importante para as famílias, para o apoio às famílias nos seus tempos mais difíceis que muitas vezes não podem acolher as suas crianças em determinados horários.

Por outro lado, Castelo Branco também está atento ao futuro. O investimento no Aeródromo de Castelo Branco representa sem dúvida alguma, um passo extremamente importante para colocar Castelo Branco no mapa dos investimentos centrais e inovadores na tecnologia e na diversidade da economia.

Potenciar investimentos a nível internacional como é o Aeródromo de Castelo Branco, é sem dúvida alguma, um exemplo, de como podemos diversificar a nossa oferta económica e criar um cluster que poderá potenciar a internacionalização do nosso Concelho e promover assim a nossa economia e a nossa cidade no plano nacional e internacional. É esta política que tem como





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

objetivo as pessoas e esta política tem também como objetivo concomitantemente o desenvolvimento económico e social que tem vindo a ser preconizada pelo nosso Executivo.

É certo que o trabalho não se faz tão rápido quanto desejávamos porque há procedimentos a implementar, há estudos a efetuar. Quando se implementa um novo impulso para uma cidade, tem que se estudar, tem que se efetuar toda uma série de procedimentos que levam o seu tempo e o tempo muitas vezes não é aquele que desejamos, o tempo corre indiferente aos nossos procedimentos e é assim uma concretização, este orçamento visa a cima de tudo a concretização das políticas que têm vindo a ser implementadas no nosso concelho “das pessoas e para as pessoas”, esse é o objetivo principal que deve presidir qualquer executivo camarário porque é para elas que governamos, não são para interesses de alguns ou para apenas alguns. As pessoas são sem dúvida alguma o principal e o mote principal de qualquer Executivo Camarário

A todos uma felizes festas, um bom Natal e um excelente Ano Novo.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Hoje, depois de um longo período, iremos colocar à aprovação o Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco.

Está também numa fase decisiva a Revisão do PDM que é, como sabem, conjuntamente com o PGU um instrumento fundamental de ordenamento do nosso território e, nomeadamente, de ordenamento do território albicastrense.

O PDM além de ser estruturante é também um instrumento que nos baliza e nos condiciona no que diz respeito às candidaturas a Fundos Europeus. É um instrumento que já devia ter sido aprovado há algum tempo, a sua aprovação tem vindo a ser prorrogada pelo Governo, o último momento para aprovação, devia ser até final deste ano civil de 2024, sendo que em Castelo Branco isso não será possível. Existem alguns Municípios que infelizmente, ainda nem deram início a este processo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Nós estamos numa fase de discussão do PDM e temos previsto, como disse na última reunião de Câmara, no dia sete de janeiro vão se realizar duas reuniões na Câmara Municipal com a presença da equipa que está a levar por diante a elaboração do PDM e da sua revisão para que possam ser feitos os respetivos esclarecimentos.

No que diz respeito às freguesias, em devido tempo, cada uma das freguesias terá oportunidade de propor alterações, ou sugestões ao PDM. Estive sempre diretamente envolvido nesse processo que foi enquadrado naquilo que é o PDM (Plano de Diretor Municipal). Entendo que estão criadas as condições para ouvir e discutir. Sinceramente, não vejo nenhuma necessidade de aumentar por mais tempo esta audiência pública porque aquilo que temos previsto, são exatamente as possibilidades de ouvir os cidadãos e aqueles que representam os cidadãos que neste caso, concreto, é o Executivo Municipal e também os Presidentes e restantes Membros das Assembleias de Freguesia. Não sei se o Senhor Diretor quer acrescentar alguma coisa. Esta é a posição do Executivo, é a minha posição. Não estamos aqui a querer incutir que alguém participe, antes, pelo contrário, já houve participação das Freguesias.

Quero dizer outra coisa, tanto o PGU como o PDM são dois instrumentos muito balizados pela legislação, poderia haver alguma sugestão que quiséssemos introduzir, mas não é possível por essa via.

Relativamente, a esses quatro hectares também já tinha sido esclarecido no Executivo Municipal, efetivamente, numa primeira versão, surgia essa situação dos quatro hectares, na altura em que isso foi colocado, eu próprio, manifestei a nossa discordância e oposição a essa situação, até porque ela é diferente àquilo que era previsto, era diferente no país. Havia Municípios onde era dois hectares e havia Municípios onde se estaria a propor os quatro hectares. Esta situação também está ultrapassada nesta versão que está em discussão do PDM, na possibilidade, durante o período de audiência pública isso poder vir a ser revertido, baste que o Município possa manifestar a sua oposição para que possa ser incorporada, até porque o próprio já prevê essa alteração.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**

Portanto, meus caros Deputados Municipais, há aqui a necessidade de sermos céleres dentro daquilo que são as nossas obrigações em termos, de concluir a aprovação do PDM.

Não quero de modo algum aqui limitar a participação, aquilo que acontece é que a participação já teve lugar e está garantida durante este período de discussão pública.

**Neste momento foram interrompidos os trabalhos por 5 minutos.**

**Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo) -**

Sobre esta moção que apresentamos aqui hoje, só pedíamos mais tempo porque estamos num período de festas, quinze dias até ao final do ano, para junto das nossas comunidades esclarecermos este assunto, o que é que aumentou e o que é que diminui. Se há um pedido de participação das freguesias, as freguesias realmente propuseram no devido tempo uma alteração, mas nunca ninguém reuniu connosco para discutir se era possível ou não, se estávamos de acordo ou não, porque nós, as freguesias não temos um gabinete técnico, nem um arquiteto, nem um engenheiro que nos esclareça acerca deste assunto. Portanto, estes quinze dias a mais é só para termos um período de avaliação maior.

**Presidente da Câmara Municipal**

Eu até pensava que falava português. No dia sete de janeiro haverá uma reunião, haverá a possibilidade dos cidadãos e autarcas virem aqui à Câmara Municipal para ter os devidos esclarecimentos e depois até ao final do mês de janeiro para apresentação de propostas no que diz respeito a este período de discussão pública.

**Votação das Moções**

**Moção 1 - Atribuição de apoios a IPSS - Elaboração de Regulamento Municipal**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos contra (18 do GM PS e 1do GM MPT), 6 abstenções, (4 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA) e 12 votos a favor do GM SEMPRE-MI, rejeitar a referida moção.

### **Moção 2 – Plano Diretor Municipal – Consulta Pública**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos contra (18 do GM PS e 1do GM MPT), 6 abstenções, (4 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA) e 12 votos a favor do GM SEMPRE-MI, rejeitar a referida moção.

### **Declaração de Voto**

#### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Quando um Grupo Municipal apresenta uma moção sobre o PDM, quando não apresentou na discussão do PGU que tem um Regulamento aprovado por esta Assembleia em 2023 é porque “anda andando”. E se “anda andando”, anda ao sabor daquilo que os tempos nos trazem.

Eu realmente, ouvi o Senhor Presidente da Câmara e não estou aqui a defendê-lo, como sabem, sou uma pessoa muito transparente e com uma acuidade de às vezes alertar esta Assembleia para esta edilidade. O que digo, é que se um PDM está em função de um PGU porque é que a moção aparece agora? É tardia. Então Senhores Presidentes da Juntas e Uniões de Freguesia não sabem aquilo que lá têm? Há vinte anos que andamos aqui “andando” sem ter um PGU, quando esta Câmara Municipal em pouco tempo, efetivamente, traz aqui um documento que pode ser discutido e é discutível e apresentarei aqui algumas observações em relação a esse Plano. Por isso quando queremos efetivamente ser sérios, devemos começar pelo princípio em trazer à discussão. Eu disse aqui na minha intervenção de Antes da Ordem do Dia que devia haver mais discussões técnicas, com a equipa técnica, com os grupos municipais, com as pessoas, com as Juntas de Freguesia. Acho que ficou bem claro, revejo-me nas palavras do Senhor Presidente, naquilo que acabou de dizer e por isso votei contra.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### Presidente da Câmara Municipal

Senhor Deputado, Ernesto Candeias, em representação do MPT, colocou aqui quatro questões que vou começar por responder, custo com o Natal, não tenho aqui presente os valores, mas aquilo que posso dizer, é que procuramos que todas as atividades de Natal fossem dignas, promovessem a dinâmica, seja comercial ou social no Concelho de Castelo Branco.

No que diz respeito à Segurança, fez aqui algumas questões, queria recordar-lhe e penso que se recordará disso, não há muitos dias, o Senhor Diretor Nacional da PSP, a propósito das Comemorações dos 141º. Aniversário do Comando Distrital, na sua intervenção, referiu que Castelo Branco é uma das cidades mais seguras do país.

Se considerarmos que Portugal em todas as avaliações e relatórios internacionais, é considerado o país mais seguro do mundo, facilmente, concluímos que Castelo Branco está entre as cidades mais seguras do mundo. Portanto, relativamente, à Segurança, é efetivamente uma questão importante nos dias de hoje, mas, felizmente, temos uma cidade segura. Ainda assim, como em todos os locais, acontecem algumas situações com as quais nos preocupamos e que falaremos um pouco mais à frente.

No que diz respeito aos sentidos de trânsito, também concordamos que em algumas situações podemos melhorar e vamos procurar fazê-lo.

Ainda em relação ao estacionamento que foi uma questão aqui também referida pelo PS, constatamos, hoje, que existem dificuldades, em termos, de estacionamento à superfície, mantemos umas das exceções somos das cidades, capitais de Distrito, onde o estacionamento à superfície é gratuito, mantê-lo-emos e estamos a reforçar o número de lugares de estacionamentos à superfície. Já estamos em obras no estacionamento do Hospital e no mês de janeiro, penso eu, iniciaremos as obras para um novo parque de estacionamento na Avenida 1º. de Maio, como aqui também já foi dito.

Estamos a adjudicar, não sei se já assinamos o contrato para o desenvolvimento do projeto que visa a requalificação da Rua Estrada de Malpica, onde temos previsto também aí, aumentar o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

número de lugares de estacionamento. Estamos a trabalhar em prol de Castelo Branco e estamos a dar um novo impulso a Castelo Branco.

No que diz respeito à Carta Educativa, neste momento está em apreciação na DGEstE para que possamos depois trazê-la à Assembleia Municipal para aprovação. Foi um trabalho realizado sobre a direção da Senhora Vereadora Patrícia Coelho, um trabalho que exigiu um esforço muito grande por parte das equipas da Câmara Municipal. Recordo que esta Carta Educativa devia no mínimo ter sido revista no ano de 2017. Infelizmente, estivemos muito tempo sem Conselho Municipal de Educação, não fizemos a revisão da Carta Educativa quando devíamos ter feito, hoje estamos perante uma urgência em concluir esta aprovação da Carta Educativa, estamos a caminhar nesse sentido.

Depois, o Senhor Deputado, João Ribeiro do Grupo Municipal do CHEGA, falou sobre a desagregação das freguesias, no comboio de Natal e sobre o Executivo Municipal.

Relativamente, à desagregação de Freguesias, é conhecida a minha posição, no que diz respeito ao comboio de Natal é uma questão muito simples. O Senhor que é uma pessoa sempre muito atenta, se tivesse feito aqui uma apreciação em relação àquilo que tem sido as atividades de Natal, por exemplo, a pista de gelo, a iluminação, sobre a dinâmica aqui no centro da cidade e também das lojas porque a Câmara Municipal mais uma vez em parceria com a Associação Comercial está a apoiar o comércio através dos cidadãos com um valor de quarenta mil euros que são depois reintroduzidos novamente no comércio tradicional.

Relativamente ao comboio de Natal, efetivamente, lançamos o concurso para o comboio, mas quem ganhou o concurso, não tinha condições para implementar a vinda do comboio, ou seja, foi apresentada uma proposta dentro do valor do preço base que depois se veio verificar que não cumpria os critérios que estavam no caderno de encargos e as outras propostas foram acima do preço base. Portanto, não podíamos aceitar essa proposta que aliás, penso que está a decorrer um processo para responsabilizar a Empresa que apresentou essa proposta, não de acordo com aquilo que era o caderno de encargos e, portanto, ficamos efetivamente limitados porque lançamos o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

concurso, fizemos tudo aquilo que devíamos ter feito, mas o mercado não respondeu como seria de esperar.

Depois, a alteração da condição do Senhor Vereador, Hélder Henriques, acontece que o Vereador Hélder Henriques foi candidato a um lugar na Escola Superior de Educação, o Conselho Técnico-Científico deu parecer positivo, com início no ano letivo no ano de 2025/2026 e, posteriormente, houve um despacho do Senhor Presidente do IPCB a dizer que o Senhor Vereador podia começar a exercer funções a partir de janeiro, se não estou em erro para dar aulas num curso a Timorenses. O Senhor Vereador Hélder Henriques, como sabe, pertence ao quadro da Escola Superior de Educação de Portalegre, viu aqui uma boa oportunidade para deixar de estar em Portalegre e vir para Castelo Branco.

Senhor Deputado, João Ramos, Freguesia de Monforte da Beira. A estrada que liga Monforte da Beira à estrada de Malpica, como lhe tinha referido, é uma estrada que irá ser intervencionada, penso que o Senhor Engenheiro estará a fazer a revisão do projeto, quando estiver concluído lançaremos esta obra como um conjunto significativo de obras que temos para lançar.

No que diz respeito à requalificação da escola, tenho que recordar que a Escola de Monforte da Beira está fechada à uma série de anos. Podíamos lançar já a obra, mas devemos fazê-lo depois do parecer positivo da DGEstE, no sentido, de depois levar a construção da escola a financiamento. Já pedi à Senhora Delegada Regional do Centro um parecer que ainda não chegou, mas assim que esse parecer esteja na nossa posse, avançaremos com a reabilitação da escola. É um compromisso que tem, por fim, acabar com uma situação desadequada de todos os dias transportar vinte e poucos alunos de Monforte da Beira para Malpica do Tejo e vice-versa, com tudo o que isto significa, não só os custos que o Senhor identificou, mas também com a segurança desses mesmos alunos nessa deslocação.

Senhor Presidente de Freguesia, agradeço-lhe o reconhecimento do trabalho da Câmara Municipal, no que diz respeito, à relação com as freguesias.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Deputado, António Fernandes, fez aqui uma intervenção que me deixou um bocadinho confuso. Fala-nos sobre violência e sobre os novos tempos ao nível da Europa e do mundo, no que diz respeito a essa mesma segurança e depois passa para uma estratégia de lideranças fortes ou fracas, não percebo de que forma é que se enquadra uma coisa com a outra, mas, se calhar, sou eu que não consigo perceber. Mas, consigo perceber que quando fala de segurança, também devia, o Senhor Deputado, falar sobre aquilo que foram as palavras do Senhor Diretor Nacional de Segurança Pública, porque o Senhor Deputado também esteve presente na mesma sessão, onde, também estive, em que isto foi dito e foi afirmado que Castelo Branco é uma das cidades mais seguras do país e, por extensão, uma das cidades mais seguras do mundo e devia também deixar a sua posição, relativamente, a uma decisão deste Executivo que é a implementação na cidade de Castelo Branco de câmaras de videovigilância que o Movimento que o Senhor faz parte, votou contra.

Estamos cientes daquilo que são as nossas condições de Segurança, mas, ainda assim, estamos a reforçar as condições para que essa Segurança se mantenha.

O Senhor Deputado, fala de estratégia e traz aqui uma série de considerandos que são pouco assertivos ou pouco direcionados, mas efetivamente, não olha para a estratégia que este Executivo tem vindo a implementar em todas as dimensões que já foram referidas e que vou repetir.

A estratégia de apoiar as famílias e as jovens famílias de diferentes formas como o Senhor José Alberto, aqui referiu e também os Deputados do PS aqui referiram, apoiar as famílias no pagamento das refeições no Pré-Escolar e no 1.º Ciclo e no Ensino Básico, apoiar as famílias no pagamento das creches, apoiar as famílias com um projeto que estamos a iniciar, espero que no início do mês de janeiro iniciemos a construção do primeiro prédio para rendas acessíveis, direcionada para os jovens e famílias jovens, tentando aqui minimizar um problema que, hoje, existe ao nível da habitação e do acesso à habitação.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estratégia, olhar e dar condições às famílias jovens, mas, não ficamos por aqui, Senhor Deputado, como sabe, está em construção, em Alcains um novo Centro de Saúde, um novo impulso à saúde. Também como o Senhor sabe, não ficamos por aqui, porque a Câmara Municipal, em devido tempo, deu oportunidade a uma Unidade de Saúde Familiar que estava a marinar há vários anos de começar a exercer a sua atividade e foi a Câmara Municipal que tomou a iniciativa de alugar o espaço que havia na Quinta das Violetas, de preparar esse espaço para que a Unidade de Saúde Familiar “Ver Crescer” possa exercer, hoje, a sua atividade. Tive o grande prazer de estar no primeiro aniversário de funcionamento e percebi a forma como os profissionais estão a exercer a sua função e como os utentes se mostram satisfeitos também por uma resposta de proximidade e uma resposta adequada.

Estratégia, famílias, famílias jovens e resposta em diferentes áreas de que fazem diferença para essas mesmas famílias.

Não ficamos por aqui Senhor Deputado, porque efetivamente temos uma estratégia para o território e para as pessoas como aqui foi dito.

Estratégia, no que diz respeito, por exemplo, ao estacionamento que vai ajudar naquilo que são também as dinâmicas comerciais.

Estratégia para o desporto, como já aqui também foi referido, fizemos a requalificação, como a Senhora Deputada, Carla Massano disse, dos três campos de futebol, na zona de lazer que hoje tem uma relva de muito boa qualidade.

Resolvemos o problema do Pavilhão do Retaxo e do Pavilhão Municipal.

Estratégia, dar condições às Associações e aos nossos Clubes de fazerem desporto, de praticarem desporto e por essa via, terem uma ocupação saudável.

Estamos, efetivamente, como já disse muitas vezes a dar um novo impulso a Castelo Branco, em diferentes áreas e com estratégia.

Mas, a nossa estratégia ainda não fica por aqui, também estamos a dar um novo impulso a Castelo Branco, no que diz respeito às empresas e à dinamização do tecido económico e foi por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

isso que nos posicionamos aquando da possibilidade da Dassault Service Aviation vir para Castelo Branco e foi por essa razão que fizemos duas viagens de trabalho a Geneve para tratar deste assunto.

Estivemos no Aeródromo Municipal para lançar a primeira pedra porque vamos iniciar as obras dentro de algum tempo de um Hangar, em que a própria empresa vai investir para desenvolver a sua atividade e não se fica por aqui, essa mesma empresa já criou a Dassault Service Aviation de Castelo Branco que também já nos solicitou um espaço no lote 120 na Incubadora Industrial de Castelo Branco, onde aí também vai desenvolver a sua atividade.

Uma Estratégia que está a ser implementada pelo Município de Castelo Branco, mas que também não se fica por aqui.

A Senhora Deputada do CHEGA, falou sobre o apoio aos jovens e também aos jovens com mais idade. É por essa razão que estamos a apoiar a construção da estrutura residencial para idosos no Salgueiro do Campo e é também por essa razão que estive no Louriçal do Campo para resolver um problema que parecia insolúvel, ou seja, dar a oportunidade ao Louriçal do Campo de ter uma estrutura residencial para idosos que é sustentável e que responde em plenitude às necessidades da população em detrimento do Centro de Noite que tinha condenado a instituição ao encerramento das portas. Estamos a falar de intervenção, estamos a falar de trabalho no território, estamos a falar de trabalho com as pessoas e para o desenvolvimento desse mesmo território.

Agora, também lhe devo dizer, Senhor Deputado, é injusto da sua parte, relativamente, à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, dizer que não fizemos nada. Nós fizemos e muito. E fizemos antes de os Senhores terem acordado para essa realidade. Tivemos aqui uma reunião com a Senhora Ministra da Coesão Territorial em que reivindicamos junto da Senhora Ministra a continuidade da Direção Regional. Fizemos uma reunião em Mirandela em que estiveram mais uma vez presentes, eu, a Senhora Ministra, a Senhora Secretária de Estado da Agricultura, da altura, os dois Presidentes da CCDR Centro e CCDR Norte e foi-nos garantido pela



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ministra que Castelo Branco teria uma Vice-Presidência e transmitiu aqui neste Salão Nobre. Agora, posso reivindicar para Castelo Branco aquilo que temos direito, mas não sou eu que decido aquilo que são as deliberações do Governo.

Nós reivindicamos, e o Senhor Deputado também sabe, para que IC31 tivesse continuidade com ligação a Espanha e fizemo-lo e no tempo que deveria ter sido feito, junto do Primeiro-Ministro, do Ministro das Infraestruturas e continuamos a fazê-lo porque, entretanto, criamos a aliança territorial europeia com os nossos vizinhos espanhóis e temos vindo a fazer reuniões entre Portugal e Espanha e temos vindo também a reivindicar o IC31 em perfil de autoestrada.

Senhor Deputado, penso que o Senhor tem andado um pouquinho distraído para não falar um pouco sobre estes aspetos.

Caro, Daniel Almeida, do PS, já respondi um pouco sobre as questões que aqui trouxe, nomeadamente, a questão dos parques de estacionamento e também da intervenção que estamos a fazer na ligação entre a Igreja da Graça e o Modelo. Tivemos de suspender essa obra por algum tempo, fizemos apenas a estrada da Mina, temos ainda a intervenção até à rotunda do Modelo para concluir. Tivemos que interromper essa intervenção porque em diálogo com a Direção do Modelo foi decidido que neste período mais propício à realização de compras, não era conveniente estarmos a intervir naquele troço de estrada, mas retomaremos as obras após esta quadra natalícia.

Senhor Deputado, Pedro Crisóstomo, traz-nos aqui o tema da água.

Ainda não o ouvi falar sobre a sua posição, relativamente, ao Regadio da Gardunha.

Eu já disse aqui e em vários locais que somos contra o Regadio a Sul da Gardunha. Não aceitaremos em nenhuma circunstância hipotecar o fornecimento de água para consumo humano no Concelho de Castelo Branco e também dos nossos vizinhos que hoje servimos. Mas, também podemos falar de água por outras vias e podemos falar de estratégia também por outras vias e podemos falar de resposta às necessidades das pessoas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sabe o Senhor Deputado, que já neste mandato, começamos a resolver um problema, nunca resolvido, tem a ver com o abastecimento de água a quatro localidades que ainda tinham uma gestão de água local? Estou a falar da Paiágua, Grade, Pousafoles e Paradanta que têm sistemas locais de abastecimentos de água, contrariando a lei porque esta impõe que esse abastecimento de água seja tratado pelas entidades que têm essa responsabilidade. Fomos nós, Senhor Deputado, que reunimos com a população, dialogamos com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para intervirmos e resolvermos definitivamente este problema da água e que felizmente nunca aconteceu e até podia ser um problema de saúde pública para as populações.

Queria deixar uma informação que é fundamental e tem a ver com reciclagem.

Temos vindo a fazer um trabalho extraordinário no que diz respeito à reciclagem e queria parabenizar, publicamente, a Senhora Administradora-Delegada dos Serviços Municipalizados pelo trabalho que tem vindo a realizar. A colocação de compostores nas Freguesias e também na cidade, compostores comunitários, estão a ter uma boa dinâmica, iniciamos também a recolha dos bio resíduos, um trabalho muito importante que começamos com um projeto piloto junto dos grandes produtores, dos restaurantes, das grandes empresas e, neste momento, já fazemos a recolha desses bio resíduos de uma forma seletiva e no projeto piloto que tem sido elogiado em diferentes fóruns, onde temos participado pelo exemplo e também pela competência e qualidade deste trabalho.

Já iniciamos também, a recolha de bio resíduos, junto da população, em geral, também com um projeto piloto que nos permite a cada um dos cidadãos tenha um pequeno ecoponto para que aí possa depositar os bios resíduos que depois são recolhidos pelos Serviços Municipalizados.

Estamos a falar de estratégia para os resíduos a ser implementada em diferentes momentos.

A questão dos bio resíduos, é uma questão sobre a qual devemos refletir. Temos vindo a pagar um valor de 52 euros/tonelada de bio resíduos à Valnor, acontece que este valor está abaixo do custo de exploração. Foi feito um acordo entre a Valnor e os Municípios associados, desde 2016,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

se não estou em erro, para que o valor ficasse nos 52 euros, a baixo do valor de operação associado aos resíduos. Isto tem consequências, como tudo tem consequências. Ou seja, como estamos a pagar um valor abaixo, existe um défice, infelizmente, nunca tínhamos tido aqui essa informação, mas trago-a aqui e não é culpa minha. Acontece que, como não pagamos aquilo que seria o custo de operação, neste momento, os Municípios associados da Valnor, têm uma dívida que ronda os catorze milhões de euros. Ou seja, Castelo Branco que é o maior Município dos Municípios associados à Valnor, Abrantes e os outros Municípios têm um défice, relativamente à Valnor. Podemos fazer uma coisa, deixar de pagar, mas, não queremos fazer isso, queremos pagar, devemos cumprir aquilo que são as nossas obrigações. Mas, mais do que isto, como o custo está abaixo daquilo que é a operação, este ano, vamos passar de 52 euros para 86 euros/tonelada de resíduos.

Eu, enquanto Presidente de Câmara Municipal de Castelo Branco e também Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, e também Abrantes, os dois maiores Municípios, tomamos a iniciativa de pedir um estudo para projetar aquilo que será, no futuro, o valor da tonelada de resíduos e devo dizer que ficamos muito preocupados porque esse estudo aponta para valores que podem passar a curto prazo para 200 euros/tonelada de resíduos. É uma tragédia, não para nós enquanto gestores públicos, mas para os cidadãos porque tudo isto se reflete naquilo que é a fatura da água, neste caso, dos resíduos. Nós também não ficamos quietos em relação a esta questão, pedimos uma reunião com o Senhor Secretário do Ambiente, com quem já reunimos há algum tempo, mostramos a nossa preocupação, relativamente, à situação que é insustentável porque não podemos sobrecarregar os cidadãos com este valor e tem que haver, naturalmente, compensações, seja através do Fundo Ambiental, seja por outra via para que estes valores não se venham a concretizar. Mas, aqui entra um outro aspeto que também tem a ver com estratégia, temos que necessariamente fazer mais reciclagem, mais separação de lixo, de modo, a levar menos resíduos do que aqueles que estamos a levar para o aterro.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Habitação. O Senhor Deputado, toca em tudo o que estamos a fazer e não estamos combinados.

O Senhor não me colocou nenhuma questão retórica para responder.

Quanto à habitação, já recebemos os projetos de um conjunto de intervenções, já temos um projeto contratualizado que havemos de lhe dar resposta.

Mobilidade. Sabe o investimento que a Câmara Municipal faz no apoio à compra de bicicletas, temos efetivamente as ciclovias, algumas delas terminavam diretamente em lugares de estacionamento e concordo consigo que este é um aspeto importante.

Senhora Deputada, Carla Massano, referiu os campos na zona de lazer, já falei sobre eles, sobre a intervenção na pista de atletismo que também é um aspeto fundamental, assim como, as bancadas e também os balneários da Escola Afonso de Paiva, que nunca tinham sido intervencionados desde a sua construção. Estou totalmente de acordo com as considerações que aqui fez, estamos a dar um novo impulso ao Desporto.

Senhor Deputado, José Alberto Duarte, do PSD/CDS/PPM, falou-nos sobre os apoios às creches, refeições, devolução do IRS e à redução dos Passes.

Quanto às questões que me coloca, há uma coisa que lhe posso garantir, não me oponho às decisões ou as orientações da bancada onde estou incluído. Aquelas que foram as orientações da bancada de que fiz parte, com muito orgulho, em defesa do Executivo, algumas vezes tivemos confrontos interessantes, é que cumpro as orientações da bancada, embora pensasse diferente e a prova disso, é que no programa eleitoral do PS estas questões estavam contempladas e temos a possibilidade de o implementar, em prol das famílias, dos cidadãos e da promoção do território.

Já agora aproveito para fazer a ligação com a intervenção da Senhora Deputada do CHEGA, Maria da Conceição Pereira, para lhe falar sobre os jovens, as famílias e idosos.

Quero-lhe dizer que no ano letivo de 2023/2024 tivemos mais de duzentos novos alunos ao longo do ano letivo no Agrupamento de Escolas N'Álvares, estes números são muito similares ao número de novos alunos de outros Agrupamentos. Há poucos dias falei com o Diretor do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Agrupamento N'Álvares e disse que já neste ano letivo, durante o primeiro período, este mesmo Agrupamento, recebeu mais de cem novos alunos. Portanto, conseguimos mais população e população mais jovem. Agora esta décalage que existe entre este novo tempo em que aumentamos a população e a população jovem e um tempo em que isso não aconteceu, traz-nos aqui algumas circunstâncias.

E passando à Deputada Christelle, faria aqui esta ligação, relativamente, aos idosos que já referi, os apoios à estrutura residencial dos idosos no Salgueiro do Campo, aquilo que vamos fazer no Louriçal do Campo, uma necessidade de intervenção na Santa Casa da Misericórdia de S. Vicente da Beira, também na Freguesia de Malpica do Tejo, ou seja, estamos também a responder por esta via aos idosos e que não se limita só a isto, também estamos a ajudá-los na compra de medicamentos e tornamos gratuito o transporte para pessoas com 65 ou mais anos de idade que utilizam os nossos transportes para não falar, obviamente, naquele projeto que é a Universidade Sénior Albicastrense, onde temos nas freguesias, cerca de 1300 alunos, com mais de 50 anos, mais do que isso, estes mesmos alunos frequentam as nossas piscinas e realizam atividades. Efetivamente, não tivemos nenhum jantar de Natal com os idosos porque seria difícil organizar um jantar com tantos idosos, mas não é por isso que os deixamos de apoiar as instituições mais carenciadas, como a Cáritas, Associação 4 Corações, ERID, a APPACDM e tantas outras instituições que fazem bem esse trabalho e fazem-no como deve ser, de forma discreta, salvaguardando o que é a identidade e a privacidade dessas mesmas pessoas.

Senhora Deputada, Maria José Rafael, sobre a Escola de Chef's, a Senhora tem uma fixação com a escola de Chef's, não sei se nos currículos nesta área estará previsto uma participação da Físico-química, se estiver depois teremos todo o gosto que participe enquanto professora dessa extraordinária escola que irá nascer na zona histórica de Castelo Branco.

Agora, quero-lhe falar sobre a Torre do Ouro.

Fico muito contente Senhora Deputada, com toda a sinceridade e com toda a honestidade que partilhe do mesmo objetivo que nós. O património e o património construído são de facto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mobilizador, nomeadamente, ao desenvolvimento turístico, o nosso castelo ou a alcáçova do castelo é um espaço muito bonito, tem a vantagem como muitos outros de ficar no cimo de um monte e com a vantagem de em Castelo Branco, a partir daí, termos uma vista extraordinária do nosso território, alcançado até terras de Espanha.

Nós não falamos com Arquiteto Nuno Villamariz, nós contratamos o Arquiteto Nuno Villamariz, são coisas diferentes. Uma coisa é uma conversa informal, ou mais ou menos formal, outra coisa é um processo de contratação. Efetivamente, o Senhor Arquiteto Nuno Villamariz que como diz e concordo, em absoluto consigo, é um dos grandes especialistas em história medieval e, nomeadamente, naquilo que diz respeito a construções dessa altura, já fez esse trabalho, fez essa avaliação daquilo que é o passado, o presente e o que poderá ser o futuro e também já fizemos algum trabalho de articulação com a população e com a cidade.

Não há muito tempo, convidei um grupo de personalidades para comigo visitarmos a zona histórica e algumas das possibilidades de intervenção na zona histórica e a Torre do Ouro é um dos nossos objetivos que não será para fazer neste mandato, não teremos tempo para a fazer, mas como digo, muitas vezes, o caminho faz-se caminhando, é preciso dar o primeiro passo para que se chegue aos nossos objetivos.

A Senhora Deputada, Christelle Domingos, fala-nos mais uma vez sobre as Creches, a Escola a Tempo Inteiro, é estratégia, Senhora Deputada. É estratégia, termos os nossos jovens enquadrados naquele que é um projeto municipal e que o Município assume porque isto ainda não foi dito muitas vezes.

As AEC's funcionavam com profissionais contratados por empresas que lhes pagavam 6 euros à hora e entendemos que isso não estava bem. Entendemos, em primeiro lugar, que devíamos dar dignidade e condições a quem fazia esse trabalho e, por outro lado, que Câmara Municipal tinha que ter um instrumento que lhe permitisse fazer isso. E foi isso que fizemos, lançamos concurso para pessoas, estamos a pagar o que é justo, de acordo com as tabelas, dando-lhes estabilidade e ao mesmo tempo aumentamos-lhes o rendimento. E aqui também é estratégia,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

olhar o futuro a partir do presente. É por isso que, Senhora Deputada, já está em projeto a Creche das Violetas, é por isso que estamos a desenvolver o projeto para a Creche da Pires Marques e é por isso que estamos a desenvolver o projeto para uma nova Creche em Alcains.

Senhor Deputado, Paulo Almeida, simpatizo muito consigo e com a sua forma entusiasmada de como fala das coisas, mas sendo o Senhor um homem de ação e das empresas, fico um pouco surpreendido pela forma simplista como coloca as questões.

Também sei que ainda não foi ao Parque de Campismo. Está fechado como sempre esteve, mas só está fechado há 15 dias ou 3 semanas e já fizemos a nossa intervenção há bastante tempo. O Senhor ainda não teve a preocupação de ir lá porque se for lá, vai ver que abrimos um Parque de Campismo que estava, efetivamente, fechado, onde havia troncos, ramos, a desarrumação, abrimos fizemos obras de melhoria, até bastantes que hoje fazem do Parque de Campismo novamente um espaço central nas visitas a Castelo Branco. Eu não tenho aqui os valores da Albigeç, mas até lhe podia falar sobre os mesmos. Está fechado, neste momento, para férias do pessoal, com sempre aconteceu.

Relativamente, ao concurso da Piscina do Castelo, vou dar-lhe aqui uma informação em primeira mão. É que o Senhor Deputado ainda pode concorrer até dia 28, apresentar a sua proposta, a sua ideia para a Piscina do Castelo. É estratégia, trabalho, ação. Até dia 28 em articulação com a Secção Regional do Centro da Ordem dos Arquitetos do Centro temos a decorrer um concurso de ideias para as Piscinas do Castelo.

Senhor Deputado, Joaquim Faustino, a intervenção na Quinta da Carapalha. Efetivamente, estamos a concluir uma grande obra. Estamos a concluir uma obra de intervenção ao nível das infraestruturas, pavimentos e depois como foi anunciado, esta semana, temos previstos cerca de quatro milhões de euros de investimentos, só ao nível das infraestruturas na Quinta da Carapalha.

Senhora Deputada, Ana Lourenço, a Senhora Deputada às vezes não sabe o que se passa à sua volta.

Relativamente, aos Multibancos nos Escalos de Cima, está feito e pago.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em S. Vicente da Beira, está feito e pago.

Na Mata, está feito e pago.

No Louriçal do Campo, está feito e pago.

Nas Sarzedas está em vias de conclusão.

Senhora Deputada, Cristina Granada, também já falei sobre o Natal e também sobre as dinâmicas associadas.

Aproveitava para deixar aqui uma nota, relativamente, àquilo que disse, que tem a ver com a possibilidade dos nossos concidadãos poderem fazer compras no comércio tradicional, se forem iguais ou superiores a 20 euros, a habilitarem-se a um sorteio que lhes permitirá candidatarem-se a prémios muito interessantes para que depois voltem a fazer compras no comércio tradicional.

Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, traz aqui entre outras coisas, o investimento no Aeródromo Municipal, também já falei sobre esta questão, é uma linha de ação estruturante que só agora está a dar os primeiros passos.

**Por proposta da Mesa procedeu-se a um intervalo de 5 minutos.**

### **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.**

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 23/12/2024**

**Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal**

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) **Situação financeira em 11/12/2024:**

i) **Saldo de Operações Orçamentais** → 35.860.684,75€

ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** → 2.110,17€

iii) **Valor em dívida em 11/12/2024** → 165.073,67€

iv) **Outros:**

- **CMCB** – Ver anexo I.

- **SMCB** – Ver anexo II.

d) **Reclamações:** Nada a assinalar.

e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.

f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Nós enviamos aos Senhores Deputados e temo-lo feito desde o início deste mandato, o relatório extenso e completo daquilo que tem sido a Atividade Municipal e também a situação financeira do Município no período que medeia entre a última Assembleia Municipal e esta. Na última intervenção que acabei de fazer acabei por fazer um ponto da situação relativamente a essa atividade municipal, se algum Deputado quiser colocar alguma questão, estarei disponível como sempre, para responder.

### **Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)**

Senhor Presidente da Câmara, Leopoldo Rodrigues, queria colocar aqui uma questão e vou, desde já, pedir desculpa por insistir neste assunto, mas acho que há assuntos que devem ser revistos e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a questão é a seguinte: o lançamento da primeira pedra no Aeródromo significa um investimento para criar condições para um Cluster Aeronáutico, aqui em Castelo Branco?

### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Comparativamente a 2003, houve aqui um pouco de quebra na taxa de execução, queria que me explicasse. Eu compreendo, é ligeiramente, mas sei que depois no segundo semestre... parece-me que essa taxa de execução aumentou bem, são as previsões e depois teremos ocasião de falar. É notório no próprio relatório que diz que são dados provisórios, como é óbvio, que nos leva a uma dívida bruta que realmente aqui está indicada que possivelmente com a previsão para o segundo semestre pode vir a ser aumentada.

### **João Filipe Dias Ribeiro (GHEGA)**

Senhor Presidente da Câmara, volto a fazer a pergunta, mas de forma muito objetiva, neste momento, quem é o Executivo da Câmara? Quais os pelouros que tem cada elemento da Câmara?

Já vi que há aqui uma azafama muito grande porque não consegue ter aqui o Executivo todo a assistir à sessão, estão sempre a sair e agora só tem dois e a pergunta concreta é: Quem é o Executivo da Câmara? Que pastas tem? Essa justificação que deu é muito normal, são ambições, mas se o seu Vice-Presidente, pelo que percebi, tem uma missão pessoal, é simples, abdica do lugar e vem outro Vereador para o seu lugar.

Depois mais três situações, referiu aqui o IC31 e também disse que quando estava na bancada do PS cumpria as ordens e a minha questão é, se no interesse da Câmara Municipal de Castelo Branco sempre cumpriu as ordens do PS?

Vou ser muito concreto, o CHEGA apresentou uma proposta para antecipar o investimento no IC31, como as pessoas devem saber, só está previsto um milhão de euros para o ano, que no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

fundo sem querer ofender ninguém em gíria “é o custo das pastas”, o PSD votou contra e o PS absteve-se.

Também falou no Regadio da Serra da Gardunha, houve uma proposta na Assembleia da República que por acaso não foi do CHEGA, o PS votou a favor e a proposta foi aprovada, que é contrária ao que se passou aqui.

Ainda outra situação, já tivemos aqui, e o relatório não fala aqui nesse caso, do Tribunal Administrativo que anunciaram com pompa e circunstância que vinha para Castelo Branco, mas ouvi na primeira pessoa, a Senhora Ministra da Justiça, dizer “vamos estudar o caso”. Eu interpretei como um bom serrano que sou “esqueçam isso que nunca lá vai aparecer nada”.

### **Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)**

O atual Executivo Socialista recebeu do Executivo que o precedeu uma infraestrutura reabilitada e renovada – a Quinta do Moinho Velho. Constatamos que, tal como o nosso Município, esta infraestrutura esteve abandonada sem que o Executivo Socialista a colocasse ao serviço dos albicastrenses. Em junho de 2024, o Senhor Presidente anunciou que finalmente o Município iria dar utilização ao referido espaço, através do acolhimento a partir de julho de 2024 de um serviço de saúde mental, de um centro de apoio a migrantes e da Associação do Cansado.

Senhor Presidente, está a chegar ao fim do seu mandato sem que seja visível qualquer utilização para uma infraestrutura que recebeu praticamente pronta do Executivo anterior! Sabendo que os três anos de abandono já estão perdidos, diga-nos, Senhor Presidente, qual o ponto da situação da instalação no Moinho Velho dos serviços anunciados em junho passado.

No início do presente ano de 2024 comprometeu-se perante esta Assembleia a elaborar a carta desportiva do nosso concelho. Diga-nos Senhor Presidente qual o ponto da situação da elaboração da referida Carta Desportiva.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O atual Executivo Socialista recebeu do Executivo que o precedeu um concurso público de conceção para a elaboração do projeto do Parque Urbano da Quinta do Jardim em Castelo Branco – procedimento n.º 12361/2021, que se encontrava aberto desde 27 de setembro de 2021. O Senhor Presidente da Câmara de Castelo Branco, no âmbito das suas competências, foi muito lesto a proceder à anulação do referido concurso.

Em março de 2022 o Senhor Presidente anunciou que pretendia construir a cidade das artes e da ciência através da instalação de equipamentos culturais e científicos naquele espaço.

Passado mais de três anos sobre o início do seu mandato, o Senhor Presidente, veio recentemente, a anunciar a abertura de um novo concurso para o mesmo fim, que agora deverá contemplar a existência de um Espaço ‘Ciência Viva’ e de uma Academia de Ginástica.

Senhor Presidente, parece-nos que Castelo Branco, também neste âmbito, foi adiado, sem se saber muito bem porquê. O Senhor Presidente anulou um concurso, no qual as ideias que agora defende, e que mudaram ao longo do seu mandato, poderiam ser perfeitamente enquadradas. Anulou o concurso porque quando tomou posse como Presidente da Câmara não tinha ideias para aquele espaço? Demorou mais de três anos a formá-las?

Apesar de ser questionado pelo meu colega, Pedro Crisóstomo, acerca da situação das ciclovias, continuamos sem saber a situação das prometidas.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, ainda bem que referiu o mesmo assunto.

Tivemos aqui neste Salão Nobre da Câmara Municipal uma reunião com aquilo que é o embrião do Cluster Aeronáutico da Beira Baixa. Nessa mesma reunião estive, eu, presente, o Diretor do Aeródromo Municipal, o Senhor Engenheiro Amândio Nunes a quem tenho que deixar uma palavra de reconhecimento pela forma competente como tem estado a tratar as questões da Proteção Civil, mas também a dirigir o Aeródromo Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Cluster Aeronáutico da Beira Baixa tem um objetivo muito claro, a partir deste primeiro momento, temos uma empresa privada que investiu no Aeródromo Municipal. Congregar aqueles que são os diferentes intervenientes e que neste momento em Castelo Branco já têm alguma atividade relacionada com a área da Aeronáutica. É por essa mesma razão que a Câmara Municipal esteve e, obviamente, o Aeródromo Municipal e um conjunto empresas que em Castelo Branco já trabalham para o setor da Aeronáutica e estou a falar da Mecalbi, APTIV, Stoneshield e do ISQ, que são as empresas locais com ação e intervenção ao nível da Aeronáutica.

Depois convidamos outras entidades que não sendo de Castelo Branco e estou a falar de atividades com intervenção ao nível da Aeronáutica, têm também relação com este setor, nomeadamente, com a Universidade da Beira Interior que tem um curso relacionado com este assunto. Convidamos também os Clusters dessa área, o AED e, como não podia deixar de ser, a Dassault Service Aviation, tendo-se juntado também a Lusofly que tem como objetivo criar aqui também uma escola de formação de pilotos e a Cenfortec que tem como objetivo também e a muito curto prazo, a formação de técnicos de manutenção Aeronáutica, aqui também no Concelho de Castelo Branco. Foi uma reunião muito interessante, em que discutimos o presente para projetar o futuro e acredito que o Cluster Aeronáutico será um bom instrumento na promoção do espaço, mas mais do isso, na concretização de ações no que diz respeito à Aeronáutica.

Relativamente, à taxa de execução, tem vindo a melhorar, estamos com uma boa execução, seja em termos percentuais que por vezes é enganadora, seja em termos reais, estamos a terminar o ano, portanto, depois falaremos sobre essa taxa de execução e sobre os seus valores.

Senhor Deputado, João Ribeiro, como sabe, a eleição para os Órgãos da Autarquia, é uma eleição nominal. Apesar de estarmos organizados em listas, cada eleito assume um direito e é esse direito que assiste também ao Senhor Vereador, Hélder Henriques, de se manter em funções enquanto Vereador. Pela razão que já lhe expliquei, o Senhor Vereador, Hélder Henriques, foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

convidado a dar aulas na ESE de Castelo Branco e, portanto, fez essa opção, deixa de estar em regime de permanência e passa a estar em regime de não permanência.

O Executivo Municipal é constituído por mim, próprio, pelo Senhor Vereador, Hélder Henriques e pela Senhora Vereadora, Patrícia Coelho pelo PS, tem o Vereador Luís Correia, o Vereador Jorge Pio e o terceiro elemento não sei muito bem quem é porque vai variando também de acordo com as necessidades de substituição por parte do SEMPRE-MI e tem o Vereador João Belém. Agora uma coisa lhe garanto, Senhor Deputado, seja o Presidente da Câmara Municipal, seja os Vereadores, estamos a trabalhar por Castelo Branco.

Neste momento, temos cerca de vinte e sete milhões só em obra ou a iniciar obra. Só estamos a falar de obra entre a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados. No próximo mês ou mês e meio, lançaremos obras no valor de muitos milhões de euros e havemos de vir aqui a esta Assembleia Municipal, novamente, a discutir sobre o PRR e sobre os investimentos relacionados com a habitação e para além das obras que estamos a fazer, estamos a tratar do apoio às pessoas e estamos a tomar um conjunto de medidas que há muito tempo deviam ter sido tomadas. Posso-lhe garantir que existe confiança, compromisso por parte do Executivo Municipal.

As pastas serão afetas ao Presidente e aos Senhores Vereadores, naquilo que é a orgânica da Câmara Municipal.

O Senhor anda há pouco tempo nisto. Se tivesse há mais tempo, perceberia qual é a posição do ex-membro da Assembleia Municipal, Leopoldo Rodrigues, do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, Leopoldo Rodrigues, e daquilo que é a minha posição atual. Fui sempre coerente, sempre tomei a mesma posição, relativamente, por exemplo, às portagens na A23, sempre tive a mesma posição, relativamente, ao IC31e tenho uma posição clara, inequívoca sobre o Regadio a Sul da Gardunha. Era o que faltava que a Câmara Municipal liderada pelo Presidente, Leopoldo Rodrigues hipotecasse o futuro do fornecimento de água a Castelo Branco,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

independentemente, daquilo que for a votação da Assembleia da República, terão que passar por cima de mim para ligarem o Regadio à Barragem da Marateca.

Depois posso-lhe dizer, relativamente, ao Tribunal Central Administrativo, é publico, tivemos aqui uma cerimónia pública com a presença da Senhora Ministra da Justiça, do Senhor Secretário da Justiça, da Senhora Presidente do Tribunal Superior Administrativo em que assinamos um protocolo entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e o ICFES, que tem a responsabilidade de fazer isto.

Quando este Governo tomou posse, pedi uma reunião à Senhora Ministra para conversar sobre o assunto, porque é um assunto relevante, posso-lhe dizer que tive a reunião marcada três vezes e as três vezes a Senhora Ministra por compromissos teve que adiar. Já voltei a pedir uma reunião à Senhora Ministra para lhe dizer que continuamos a trabalhar no que diz respeito ao Tribunal Central Administrativo, conto em breve receber o projeto para reabilitação do espaço direcionado para a instalação e, portanto, da nossa parte nada mudou, pelo contrário, estamos cada vez mais convictos, até porque também falamos com juizes, com os atores da Justiça na área administrativa, da importância deste assunto.

Enquanto Presidente da Câmara, compete-me defender os interesses de Castelo Branco, contrariamente a outros que querem hipotecar Castelo Branco no que diz respeito à água.

Quando o anterior Executivo, numa estratégia clara de descentralização também da Justiça, e sabemos aquilo que foi a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, as tomadas de posição públicas, até a Senhora Ministra era de Coimbra, mas ela numa estratégia clara de criar uma nova centralidade na Justiça num outro espaço, optou por Castelo Branco, contra Viseu, Coimbra e contra um conjunto de cidades que se posicionavam em relação a isso, também devo dizer e modéstia à parte, fizemos o nosso trabalho, fomos reunir a Lisboa de forma discreta, naturalmente, como me compete fazer.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Armando Ramalho, com esse sorriso simpático e está sempre azedo. Tem essa arte, apesar desse sorriso simpático, está sempre azedo e mal com a vida. Olhe para aquilo que de bom existe à sua volta. O Senhor não quer reconhecer o enorme trabalho que está a ser feito, há tantas coisas adiadas que poderia falar, Senhor Deputado, nomeadamente, a Quinta do Jardim. Tenho lá os folhetos, tenho lá os compromissos do PS com desenhos feitos em cima do joelho, aquilo que seria a Quinta do Jardim, mas já passaram tantos anos.

Agora, diga-me uma coisa, Senhor Deputado, então o Senhor não reconhece legitimidade ao Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo para definir para cidade aquilo que entendemos de melhor para a cidade. Estamos a falar da Quinta do Jardim, efetivamente, havia um concurso de conceção preparado para avançar, mas sabe o que contemplava? Sabe? Contemplava um Parque Urbano, onde estava previsto um jardim botânico, entre outras coisas, era pouco orientativo, estava também previsto um anfiteatro ao ar livre.

Nós temos neste momento, um primeiro espaço criado, de zona de lazer que é um espaço verde com equipamentos e que estamos a reforçar, como já lhe disse, nomeadamente com a Academia de Futebol, mais um conjunto de equipamentos. Tivemos depois a Quinta das Violetas, o Parque do Barrocal e temos o Parque de Montalvão, também resultado de um concurso de ideias. Temos a cidade toda desequilibrada para aquele lado, pelo menos ao nível das grandes infraestruturas.

Quando observei o Caderno de Encargos, ou programa desse concurso, entendi que era limitado, no nosso ponto de vista e foi por essa razão que falamos com a Ordem dos Arquitetos, no sentido, de definir um programa. Estamos a falar para já de dezasseis ou dezassete hectares, tem muito terreno, muito metro quadrado e entendi que era redutor ter apenas mais um parque urbano, sem outro tipo de valências, que sejam promotoras de desenvolvimento e atratividade. Durante este tempo, ouvi várias pessoas e posso-lhe dizer que aquela que mais me entusiasmou foi do Dr. Eduardo Pereira, porque as ideias que nos foram apresentadas, joga quase na perfeição



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

com a estratégia que estamos a desenvolver para o território, nomeadamente, a valorização da alimentação e dos alimentos.

Estamos, neste momento, a trabalhar de forma muito profissional e muito focada com o CATAA que trabalha os alimentos e a forma como os alimentos podem ser desenvolvidos. Vamos ter a Escola de Chef's/Centro de Estudos Gastronómicos direcionados para a formação, mas também para a valorização dos produtos locais ligados à alimentação e pretendemos no Vale da Europa ter um espaço direcionado para o estudo e a investigação ligada à alimentação. É verdade, mudamos aquilo que era o nosso objetivo inicial e que foi proposto na Campanha Eleitoral que era um espaço muito direcionado para as artes.

Também havia aqui uma nova situação que era o facto de na altura entendermos que o Museu de Cerâmica do Cargaleiro podia ser naquele espaço daí termo nos termos centrado nas artes. Acontece que nas muitas conversas que tive com o Mestre Cargaleiro, ele nunca mostrou essa vontade. E nós trabalhamos num programa com a Ordem dos Arquitetos que está neste momento em fase final, hei de falar com os nossos Dirigentes, nomeadamente, com a Senhor Diretor do Departamento e com o Senhor Chefe de Divisão. Temos um programa, neste momento, definido para concurso de ideias.

O Senhor tem muito mais pressa do que eu, o Senhor pensa que o mundo acaba agora, mas, mundo continua.

Aquilo que é verdadeiramente importante, é definirmos estratégias para o território que não se confinem ou que não se reduzam a um mandato. Nós não podemos pensar o território apenas para um mandato, não podemos andar a fazer obras só para um mandato, se assim fosse, estaríamos a fazer o projeto para o Pavilhão Multiusos, estaríamos a lançar o concurso para o vale da Europa, para as Piscinas do Castelo e não estaríamos a planear tantas e tantas obras que irão transformar Castelo Branco para o futuro.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**

Por isso, tenha calma, Senhor Deputado, continue com esse sorriso bonito, mas seja mais doce, não seja tão negativo, relativamente, àquilo que existe e que nos caracteriza.

No que diz respeito à Quinta do Moinho Velho, sim, havemos de ter lá tudo isso que está a dizer e de uma forma positiva porque gostamos das coisas pela positiva e é pela positiva que estamos a trabalhar.

### **Ana Cristina Marques Lourenço (SEMPRE-MI)**

Senhor Presidente, vai-me desculpar, mas não estamos esclarecidos quanto à questão dos Multibancos. Na realidade o que perguntamos, foi se ia assumir os custos de funcionamento de todas as freguesias e gostava de saber como está a situação das restantes freguesias que não constam da sua pequena lista.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Obrigado, Senhora Deputada. Também já lhe respondi, em três anos as intervenções que fizemos, portanto, o caminho faz-se caminhando e estamos a caminhar.

### **Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Revisão do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco”. (Proposta nº. 39/2024)**

### **Presidente da Câmara Municipal**

Este processo do PGU, é um projeto que se arrasta há muitos anos que teve altos e baixos, estando condicionado até por alterações legislativas e que, neste momento, estamos em condições de votar. Talvez aquilo que é mais impactante, é a revogação de um conjunto razoável



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de Planos de Pormenor que existiam no Concelho. Ficam apenas dois Planos de Pormenor, ou seja, dois Planos, em vigor, sendo que os restantes serão aqui revogados.

Quais as razões para propormos essa revogação? Em primeiro lugar, porque tivemos reuniões com o Urbanista, no qual, ficou definido que os aspetos essenciais contemplados, relativamente, aos Planos de Pormenor, estariam vertidos no Regulamento e esse é um aspeto importante, ou seja, alguns aspetos podiam ser críticos com a revogação, ou poderiam ter alguns aspetos menos claros.

Em segundo lugar, pelo facto dos Planos de Pormenor que se propõem revogar, serem Planos de Pormenor, em três circunstâncias, se os mantivéssemos, tínhamos que os rever, o que nos obrigaria pela a atualização da legislação, a custos elevadíssimos, sendo que aquilo que é importante está contemplado já no Regulamento e depois há Planos de Pormenor, onde nunca aconteceu nada, alguns com mais de 20 anos e há outros Planos de Pormenor que estão praticamente concluídos.

E, portanto, são estas razões que nos leva a propor esta revogação destes Planos de Pormenor, mantendo aqueles que estão dentro da legislação atual, portanto, em plena vigência e sem necessidade de fazer uma revisão a esses mesmos Planos.

**Luís Alfredo Cardoso Resende (Diretor do Departamento de Ambiente, Obras e Sustentabilidade)** –

O Plano teve três fases diferentes de inquérito público, não foi só um e, portanto, suscitou muita discussão, muita participação, foram atendidas a maioria das sugestões e reclamações que foram apresentadas, aquelas que não foram, a sua recusa foi essencialmente por impedimentos legais, portanto, desconformidades com a legislação aplicáveis o que significava que não podiam ser implementadas, sob pena de nulidade do plano nessa matéria.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E, portanto, foi um Plano muito participado, teve um processo muito longo. Tem um aspeto muito positivo que é um Plano muito mais moderno, mais ágil, permite dinâmicas diferentes em função também das épocas, não é tão espartilhador como eram os outros planos, ou seja, permite que haja desenvolvimento de políticas para equipamentos, etc., e isso, acho que é uma mais valia nos tempos que correm, hoje, com as alterações que sucedem diariamente e acontecem e que é preciso dar resposta rápida e não é necessário fazer novos planos, novas alterações, com todos os encargos que isso envolve. Portanto, o Plano é balizador nos elementos essenciais.

Foi um processo muito participado e acho que isso o valoriza.

### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Vinte anos que demorou com a mesma equipa técnica, com o mesmo acompanhamento, como aquilo que disse o Senhor Engenheiro e o Senhor Presidente, mas a regulamentação desde o Decreto-Lei nº.15/2015, de 19/8 que dá cumprimento àquele que é a Lei de Bases da Política do Solos e do Ordenamento do Território e do Urbanismo e que, por exemplo, redefiniu a REN com aquilo que é a respetiva lei da habilitante, é verdade, um sistema de regras específicas e de correções e daí pode até estar justificado este atraso ou este prolongamento. É verdade que o PGU apresenta como objetivo prioritário a definição de orientações, diretrizes a implementar na área urbana da cidade.

Parece-nos na nossa perspetiva, Senhor Engenheiro, que é um plano possível, é um plano desejável, mas, tenho as minhas dúvidas que seja o melhor plano. Sabe porquê? Porque não sei se consolida a malha urbana existente e aquela que no futuro possa vir a ser enquadrada. E tenho as minhas dúvidas se nesta articulação com a envolvente ambiental, preveja a melhoria da qualidade de vida aos cidadãos no futuro.

É verdade que a responsabilidade deste instrumento é do Município.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É verdade que realmente o Plano de Urbanização se articula com o regulamento que foi aprovado, em 2023, nesta Assembleia e, sobretudo, dá as matrizes para o Plano Diretor Municipal que já aqui foi falado.

Aparece-nos aqui uma observação, nota de página, que é um documento técnico e, como tal, a equipa técnica, deveria, já que demorou tanto tempo, o Senhor Presidente, teve a amabilidade desses meses e anos ter acompanhado e feito algumas observações com o MPT. Mas, há questões técnicas que queremos, efetivamente, aqui e as questões técnicas, bateu aí num ponto, efetivamente... já não digo quantas reclamações e o teor das reclamações e a exposição e o fora do contexto do enquadramento legal que fizeram todos aqueles que contribuíram. Aquilo que pode haver entre os proprietários que tenham terrenos numa zona de expansão e que agora foram integrados no PGU e que seja inviabilizado qualquer tipo de construção.

Eu não sei se foram cumpridos os formalismos legais, no âmbito, da Lei dos Solos Urbano, por exemplo, em determinadas zonas. Gostaria tecnicamente que me explicasse? E, gostaria de saber, se efetivamente, ao estar integrado no solo urbano, se isso viola ou não, a Lei do Solo e do Urbanismo? Quer dizer, aquilo que disse o Senhor Presidente, que se revogou e só manteve dois, é verdade? Tenho as minhas dúvidas, se ao desaparecer, possa haver uma violação. Era isso que gostaria de saber.

Temos que ver pela positiva, Senhor Presidente, isto já devia ter sido mais bem explicado, tecnicamente, porque este instrumento é de ordenação territorial e preconiza essas ações que andamos sempre aqui a falar, que sejam eficazes e sustentáveis e que na minha perspetiva e não só, potencializem a qualidade ambiental.

Quer dizer, se não se institui fatores que possam produzir efeitos positivos, temos os negativos e isso em relação ao ambiente da própria cidade e, por isso, o desenvolvimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sustentável que andamos sempre aqui a preconizar, deve ser sempre, em prol, da melhoria da qualidade de vida aos munícipes.

O documento parece-me até bem elaborado com base em premissas.

Senhor Engenheiro, Senhor Presidente, não sei se os dados não estarão desatualizados? Desatualizados porque a sociedade, em Castelo Branco, evoluiu muito e como evoluiu muito, tenho as minhas dúvidas que esses dados manuseados... sei de estatística, sei como se faz até na sondagem, mas essa manipulação dos dados, nas projeções dos modelos lineares para que se faz um modelo, um plano de urbanismo, tenho as minhas dúvidas que vão ao encontro daquilo que ambicionamos para Castelo Branco, para a sua malha urbana e para o território todo. Tenho as minhas dúvidas. É verdade que a estrutura urbana é regimentada pelo regulamento, na minha modesta análise, sem ser conhecedor técnico, faço-lhe esta pergunta? Será que o PGU pretende conter o máximo de expansão urbana para evitar a dispersão e promovendo ainda a diminuição da volumetria das construções?

Qual é a estratégia para o Plano de Pormenor do Centro Histórico e na sua articulação com o PGU? Porque aqui foi dito, nas Assembleias “cuidado que o plano de reabilitação do centro histórico, é uma coisa...”. Então eu vivo em duas cidades? temos que ter cuidado com aquilo que dizemos, porque deveria ser automaticamente integrado no Plano de Urbanização. Esta é a minha perspetiva. Gostaria de conhecer tecnicamente, qual é essa articulação.

Qual é a área da estrutura ecológica urbana, do qual, dou muita importância e todos aqui damos importância? Ela sofreu um aumento como é desejável?

Senhor Presidente, queremos também, como lhe disse, se há aqui algumas coisas que nos levantam estas dúvidas e que devido a essa articulação que este Plano tem com o Plano Diretor Municipal, na minha opinião, o planeamento deve ser feito do macro para o micro e não ao contrário, que nos dá a ilusão que assim o seja. Posso estar iludido, vamos discutir um





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

planeamento que diz respeito apenas a um perímetro urbano, quando este planeamento vai estar sujeito às regras que o PDM devia era impor.

Não há estratégias nenhuma, só há zonas que consolidam realmente melhoramentos de construções. Eu gostava que houvesse aqui uma explicação de maneira que o PGU, seja o desenvolvimento sustentável político urbanístico que na base ambiental e também naquilo que seja a questão ecológica urbana, porque volto a dizer, o solo urbanizado e o solo de urbanização programada destinada a ocupação de baixa densidade, não sei se é suficiente. Ou seja, a percentagem significativa das áreas de urbanização programada destinados a espaços verdes e equipamento, onde queremos uma cidade verde, e amiga do ambiente na preservação da zona.

É essa questão que levanto, sou leigo, não sou engenheiro, andei em engenharia, fiz um ano em Évora, mas não percebo, estas são as dúvidas de um cidadão.

**Luís Alfredo Cardoso Resende (Diretor do Departamento do Ambiente, Obras e Sustentabilidade)**

É evidente que não sou a pessoa nas melhores condições para lhe dar as respostas todas e de forma tão assertiva e sábia como, possivelmente, o autor do Plano, mas, infelizmente, por motivos de saúde de um familiar, não pôde estar presente, portanto, vou aqui tentar e antecipar e esclarecer algumas dúvidas.

Sem prejuízo do referido, é evidente que também posso tentar ajudar o Senhor Professor e os Membros da Assembleia, a compreender um pouco melhor ou visualizar um pouco melhor, todas estas questões que espero não esquecer.

Não houve alteração do perímetro urbano da cidade, ou seja, houve meros ajustamentos porque o perímetro da cidade está dimensionado para cerca de 95 mil habitantes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Se temos 45 mil, temos que perceber que o plano é do ano de 1991, estamos em 2024, são 33 anos, há áreas que foram expetantes e que estavam nos planos, mas não lhe foi promovida nenhuma urbanização, devemos ter a grande preocupação, digo eu, como técnico? Devemos continuar com esses bancos de terreno para continuarem a especular... é tudo discutível neste momento.

O facto é que a opção que foi tomada foi a da manutenção do perímetro urbano. Foi a forma, que encontramos, que poderá servir nesta fase os interesses. Há a articulação com o PDM, ela foi garantida e foi estudada em consonância e, portanto, o PDM verte as medidas do PGU, portanto, acolhe-as de forma, sobre a qual, não existe qualquer dúvida.

Este Plano vai ficar de acordo com a legislação que está em vigor atual, portanto vai continuar em vigor, não há obrigatoriedade de se fazer uma alteração por adaptação, ou seja, já se conforma, foi assegurado essa conformidade, se não teríamos de estar agora a apelar e depois tinha que haver uma alteração para adaptação, para se conformar o plano de hierarquia superior, isso foi garantido, foram salvaguardadas todas estas questões entre as duas equipas, os técnicos, o Senhor Presidente, etc., conseguimos que fosse uma só voz.

Relativamente, à atualização das medidas, nunca vi uma pessoa como o Arquiteto Farinha, deve ser das pessoas que melhor conhece a cidade, de longe, palmeou não sei quantas vez a cidade. Este foi um dos grandes problemas que tivemos e a grande demora que houve neste plano, deveu-se às sucessivas atualizações que foi tendo porque cada vez que metia uma coisa, tinha que ir novamente aos sítios, a medir, se virem o estudo na fase do relatório de diagnóstico tem caracterizações pormenorizadas sobre cada quarteirão da cidade, isto tem um estudo, quase diria ao nível, em termos, de preparação, quase ao nível de um grande Plano de Pormenor, ou seja, foi quase ao nível da execução que é excessivo, no meu entendimento. Daí virem as zonas que é o que deve ser, porque devemos permitir as tais dinâmicas que vão surgindo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Relativamente, às volumetrias de construção, fizeram-se correções, algumas significativas, nomeadamente, nas áreas que tinham índices de construção excessivamente baixos, nomeadamente, 0102 que são índices muito inferiores aos que tinham nas aldeias e, portanto, isso foi corrigido por forma a permitir que nessas zonas urbanas, nomeadamente, Buenos Aires, Carapalha de Baixo e outras, pudessem ter índices de construção que permitissem a um lote de 400 metros, 500 metros, a construção de uma moradia decente, à volta dos 100, 200 metros, etc.

No anterior Plano, permitindo um índice de 0.1 só permitia a um lote de 400 metros, contruir 40 metros quadrados, o que achamos que seria um erro, mas essas correções foram feitas, foram introduzidas no plano, também pensamos que é uma mais-valia.

Relativamente, à Zona Histórica, foi vertido o Plano da Zona Histórica, Devesa para o PGU, está lá tudo, integralmente. Tem uma planta específica para essa zona e, portanto, isso foi acautelado por forma a salvaguardar, foi uma das recomendações que foi dada numa reunião do Executivo, foi a manutenção desse Plano e, portanto, essa parte também está salvaguardada. A questão da Zona Histórica que tem os edifícios caracterizados, por privados, interesses, portanto, essa parte foi feita, se deveria ser ou não, poderia ter outra opinião, mas respeito a opinião de quem exigiu porque acho que às vezes as coisas comungam com tanto pormenor, acho que ultrapassa a escala do Plano de Urbanização e passa para a escala do Plano de Pormenor. O que às vezes tem complicações na gestão do dia a dia.

Relativamente, às zonas urbanas a remodelar, zonas urbanas de planeamento, existem diferenças, são zonas urbanas consideradas zonas que já estão consideradas, total ou parcial, ou grande parte consolidadas. As zonas de habitação mistas também já estão praticamente consolidadas, é o casco urbano, mais antigo, portanto, isso está definido, na Avenida General Humberto Delgado, são coisas que estão claramente muito consolidadas, cuja probabilidade de ser alterada é reduzida.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A parte a remodelar são aquelas que já tem uma boa parte ocupada, mas que podem ter uma ocupação, e, portanto, é isso que chama de zona urbana a acumular.

As zonas urbanas de planeamento, são aquelas zonas vagas, estão livres, são grandes áreas e, portanto, tem que ser objeto de planeamento. O que é que define o plano? Define que podem ser desenvolvidos em loteamentos através de unidade... de planeamento e gestão, ou seja, é uma coisa que a lei, hoje, permite e que antigamente não permitia, e que é mais ágil que o Plano de Pormenor com todas as vicissitudes que tem um Plano de Pormenor, que são os levantamentos, etc.

A questão da revogação dos outros planos, o Senhor Presidente, já teve oportunidade de explicar, era um custo que não fazia sentido readaptar. O Plano da Zona da Quinta da Granja, está consolidada, porque é que vou fazer isto, só para o manter em vigor. Quer dizer isso é um gasto desnecessário. Portanto foi proposta a sua revisão.

Aquisição da estrutura ecológica, isto por acaso é interessante, é preciso ver que o Plano foi acompanhado por mais de 20 entidades externas, nomeadamente, as várias áreas da Cultura, Turismo, Ambiente, etc., que obrigaram a promover determinadas reservas, há servidões que foram cumpridas e foram determinantes de todos estes processos de planeamento, portanto, isso foi feito.

Somos uma cidade que inequivocamente, digo-lhe, podemos pedir meças, isto não vem de agora, é uma cidade que felizmente teve esse cuidado, sempre, temos grandes áreas e outras áreas que estavam previstas até alguma ocupação, foram reconvertidas em parques, como foi o caso do Barrocal. E acho extremamente interessante, no caso, do Vale da Europa ser uma zona verde, com equipamentos, estruturantes que pudesse ser determinado politicamente e não eu como técnico da Câmara Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do GM CHEGA e 35 votos a favor dos restantes Grupos Municipais, aprovar a Revisão do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 3 - Apreciação e votação de propostas de “Mapas de Pessoal, para o ano de 2025”.**

### **3.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 40/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos contra, (12 do GM SEMPRE-MI e 2 do GM CHEGA), 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM e 19 votos a favor, (18 do GM PS e 1 do GM MPT), aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Castelo Branco, para o ano de 2025.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **3.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 41/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do GM CHEGA, 16 abstenções, (12 do GM SEMPRE-MI e 4 do GM PSD/CDS/PPM) e com 19 votos a favor, (18 do GM PS e 1 do GM do MPT), aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, para o ano de 2025.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 4 - Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano 2025”.**

**4.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 42/2024)**

### **Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)**

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, considerando que o documento em apreciação diz respeito ao último orçamento previsional que o atual executivo apresenta a esta Assembleia, permita-me que faça um breve resumo das intervenções que tivemos oportunidade de fazer aquando da apreciação dos orçamentos relativos aos anos do atual mandato.

No Orçamento de 2022 - Consideramos que este orçamento peca por falta de estabelecimento de prioridades nos objetivos e respetivos investimentos, denotando uma ausência de estratégia para o desenvolvimento do nosso concelho, utilização dos saldos da gerência anterior seria efetuada para cabimentar medidas avulsas, não enquadráveis numa estratégia verdadeiramente estruturante para o nosso concelho!

Orçamento de 2023 - Já no ano passado tivemos oportunidade de referir que o investimento previsto no Orçamento não era devidamente priorizado, tendo em consideração a capacidade do Executivo em promover a sua execução real, nos prazos previstos. Assim perde-se credibilidade e capacidade de mobilização dos diversos agentes económicos, para alcançar os objetivos de promover o desenvolvimento do nosso município. Consideramos que o presente orçamento ainda padece das deficiências então apontadas e detalhadas. Por último, algo que consideramos particularmente grave – consideramos que as opções de investimento nas freguesias, vertidas na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

presente proposta de Orçamento, não tiveram por base uma política de investimento, mas apenas uma política partidária.

Orçamento de 2024 - Nos últimos anos alertamos para o facto dos Orçamentos não serem devidamente priorizados, tendo em consideração a capacidade do Executivo em promover a sua execução real, nos prazos previstos e que assim se perde credibilidade e capacidade de mobilização dos diversos agentes económicos, para alcançar os objetivos de promover o desenvolvimento do nosso município.

Senhor Presidente, consideramos que o orçamento para o ano de 2025 padece dos mesmos defeitos dos anteriores, é um “*Dèjá vu*”.

De facto, agrava-se o amontoado de intenções de investimento, sem qualquer definição prévia de uma estratégia de desenvolvimento, sem qualquer definição de prioridades. Esta situação surge agravada pelo facto das anteriores demonstrações de resultados denotarem uma clara dificuldade de execução do atual executivo camarário, que até agora não demonstrou capacidade para realizar as obras prometidas. Mesmo para os mais incautos, ressalta que a demagogia subjacente no atual orçamento, só pode significar que 2025 é o último ano de mandato do atual executivo camarário. Cheira a eleições!

Um exemplo paradigmático é o caso da Barragem do Barbaído:

Em 2022, constava claramente do orçamento da Câmara Municipal a dotação orçamental de 150 000 € para a elaboração de estudos e projetos; durante os dois anos subsequentes a referida Barragem do Barbaído desapareceu dos orçamentos da Câmara Municipal de Castelo Branco. Desconhece-se qualquer execução de despesa relacionada com a concretização desta Barragem! No atual orçamento volta a constar uma dotação orçamental de 250 000 € para a revisão do projeto da Barragem do Barbaído.

Apesar do tanto que o executivo fez depender da construção desta barragem, continuam a não ser claros os objetivos que o atual executivo pretende alcançar: é o abastecimento para consumo público, é o regadio, é uma reserva estratégica, é porque sim?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Com tanto o que o atual Executivo Municipal falou da Barragem do Barbaído nos últimos anos só me vem à memória o slogan dos anos 80 relativamente à barragem do Alqueva “Construam-me P\*\*\*\*!”

Ressalta também no orçamento para o ano de 2025 um enviesamento político do investimento nas freguesias, como de resto já tínhamos alertado no orçamento de 2023.

**Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)** - Nos documentos previsionais, Orçamento e Grandes Opções do Plano de previstas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar no ano civil em causa e definidas as linhas de desenvolvimento estratégico local.

Estes documentos, enquanto instrumentos políticos, financeiros e de gestão, refletem as opções segundo a estratégia do município para a satisfação das necessidades públicas locais, enquadrando, traçando e definindo prioridades, tendo em conta o presente e o futuro.

O Orçamento para 2025, no valor de 80 milhões de euros, é um Orçamento de concretização, uma vez que executa os projetos que foram desenvolvidos ao longo do mandato do Executivo Municipal.

Tendo em vista a melhoria das condições de vida dos habitantes do concelho, contempla intervenções em áreas importantes como a Saúde, Educação, Habitação, Desporto e Cultura.

Do Orçamento para 2025, podemos destacar investimentos há muito desejados pela população e que são projetos estruturantes para o futuro.

No que diz respeito a obras públicas, estão previstas diversas requalificações e construções de relevo:

- Construção de Creche na Quinta das Violetas em Castelo Branco (com capacidade para 84 crianças);
- Reabilitação e Adaptação de Edifício para Implementação da Escola de Chefs / Centro de Estudos Gastronómicos (em plena Zona Histórica, na Rua de Santa Maria);
- Reversão de Edifício de Habitação Unifamiliar para Instalação de Unidade de Saúde Familiar (novo Centro de Saúde na Avenida Nuno Álvares);





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Construção do Centro de Saúde de Alcains (no antigo Ciclo Preparatório da vila);
  - Construção de Prédio de Habitação de Arrendamento Acessível na Carpalha (no âmbito da Estratégia Local de Habitação);
  - Recuperação e Conservação da Igreja de Santa Maria do Castelo para Instalação do Centro de Interpretação Templário (integrada na Operação de Reabilitação Urbanística da Zona Histórica);
- Assim como melhoramentos nas infraestruturas desportivas e de lazer, nomeadamente:
- Construção de Pavilhão Desportivo, Colocação de Relvado no Complexo da Pista de Atletismo e Construção de Bancadas (espaço comum na Zona de Lazer que será utilizado pelas Associações de Futebol e de Atletismo de Castelo Branco);
  - Elaboração do Projeto do Centro de Dinamização Cultural e Desportivo de Castelo Branco (Pavilhão Multiusos preparado para receber eventos e com capacidade para 10 mil pessoas);
  - Concurso de Ideias para o Vale da Europa (para revitalizar e dar utilidade e dinâmica ao espaço);
- No que respeita às vias de comunicação, haverá várias reparações de estradas, destacando-se:
- Conservação e Beneficiação do Troço de Ligação entre a Rotunda da Europa e a EN233 (Escalos);
  - Conservação e Beneficiação do Troço entre a Rotunda da Igreja da Graça e a Rotunda do Vale do Romeiro (zona da Mina);
  - Beneficiação e Reparação da Estrada de Ligação à Lisga (na freguesia de Sarzedas);
  - Requalificação da Rua Estrada de Malpica;
- Serão, ainda, construídos parques de estacionamento:
- Construção de parque de estacionamento anexo à Rua da APPACDM (junto ao Hospital);
  - Construção de parque de estacionamento entre a Avenida 1º. de Maio e a Rua de São Tiago (com capacidade para mais de 100 carros);



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Implementação de 2 parques de estacionamento na Estrada de Malpica (Bairro da Carapalha);

Encontram-se também previstos projetos no Aeródromo Municipal:

- Ampliação da Placa de Estacionamento de Aeronaves;

- Iluminação e Remarcação da Sinalização Horizontal da Pista.

Na sequência da política de apoio às famílias e à população mais jovem, procurando manter e atrair residentes, o Município albacastrense vai continuar com o pagamento do valor das refeições escolares aos alunos do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo e com o pagamento das creches para as crianças que não estejam abrangidas pelo apoio do Governo, quer no Ensino Público quer no Ensino Privado.

Também o projeto 'Escola a Tempo Inteiro' vai-se manter no próximo ano, com atividades de ocupação saudável para as crianças e jovens.

Além disso, em 2025, o Município de Castelo Branco devolve 4% do IRS aos munícipes, um aumento de 0.5% em relação a 2024.

As pessoas continuam a merecer especial atenção pelo executivo, quer os que aqui residem, quer atração e fixação de novos residentes.

As pessoas são o presente e o futuro do nosso Concelho e são a prioridade desde início do mandato deste Executivo.

Boas Festas!

Feliz Natal!

### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Senhor Presidente, percebo aqui três coisas, no estrangulamento com encargos significativos que tem assumido, isso nota-se, nota-se outra preocupação do equilíbrio. Vejo, por exemplo, em outras Câmaras, em termos, de grande investimento, de grande projeção um risco. O Senhor é mais moderado. Eu disse-lhe uma vez que a Câmara andava consolidada, mas ao ritmo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de um caracol. Bom, se é ao ritmo de um caracol, lá chegaremos. Mas, há efetivamente, aqui um equilíbrio, pelas intervenções, parece que comungamos das mesmas opiniões, queremos mais. E eu até agora, nas minhas intervenções, sou uma pessoa muito acutilante porque quero mais. Quero mais para a minha cidade que me viu crescer, para o meu território, quero mais. É uma capital de Distrito e, como tal, percebo e vamos ver.

Reparem, para Educação, Juventude, Desporto tem à volta de nove milhões e seiscentos mil euros, para as obras, construções, infraestruturas e equipamentos, trinta e dois milhões. Plano Plurianal de investimentos trinta e três milhões. Nós queremos mais.

Queremos mais melhorias na Educação, a população é mais exigente, hoje, temos outros vetores a ter em atenção pela questão emigrante, mas também queremos para a Saúde. Está bem aquilo que já projetou, em termos, de Unidades de Saúde, mas até 2026, devia ter arriscado mais duas.

Em termos de creches, e já me ouviu aqui falar de um plano municipal para as creches, ter arriscado mais duas.

Desenvolver os projetos de maneira que depois, se cá estiver no segundo mandato, os execute. É nisso que deveria ter sido mais ambicioso. Mas, também compreendo a contenção porque às vezes somos ambiciosos, mas depois não sabemos controlar.

Eu gostaria de ver no desenvolvimento económico a questão das energias alternativas, uma verba, quer dizer, percebo que isto é insistente, até mesmo, por exemplo, na questão da sinistralidade da segurança rodoviária, isto tem a ver com a conservação, ampliação e modernização da qualificação da própria rede viária, por isso, é que se queixam as freguesias, mas vamos ver e para as freguesias só existem nove milhões. Portanto, queremos potencializar, queremos inverter e foi através de um investimento aquilo que foi a desertificação que alguém teve no passado longínquo, teve o motor de fazer que viéssemos para a cidade, a malha urbana cresceu e deixamos as aldeias, somos como soldados, “vamos agora no Natal e na Pascoa”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

saudade, saudade, mas não vivemos lá. Queremos inverter isso e não há melhor inversão do que investimentos, seja na Habitação, na Educação. Houve aqui um colega que disse isso em relação a Monforte da Beira “queremos que as pessoas estejam lá, não queremos tantas pessoas na cidade”.

Eu não sei, por exemplo, quais são os investimentos territoriais integrados. Gostaria de saber se estão contemplados à escala... isso também convinha, no caso, da política fiscal, mantem-se inalterável, não sei, há aí Municípios... eu sei que tem compromisso de casamento, não sai dali 4% e para o ano passa para 5%... eu percebo, mas temos que ser mais audazes e é nessa ousadia que nos caracteriza como beirões porque já perdemos muito tempo. É verdade, não foi culpa sua, diretamente, mas já perdemos muito tempo.

Vejo aqui, por exemplo, apesar de ser um documento estratégico, não sei se será a todos os níveis, naquilo que se chama os motores de ação para que realmente se consiga progredir mais, desenvolver mais. Muitos projetos que foram desencadeados e aí dou-lhe as felicitações, transitaram e outros não, foi aqui falado o caso do Barbaído, vamos ver os projetos que estão na face de execução. Gostaria de ver o Presidente Leopoldo mais audaz. Como se costuma dizer na parte educacional “tu vales”, “tu és bom”, “vê lá, não esmoreças” “vai avante”.

Queremos mais para Castelo Branco.

Queremos efetivamente que esta cidade consiga ter um rumo e não vir aqui dizer que há uma ausência de rumo.

Queremos dizer que há aqui uma visão estratégica do futuro e não dizer que não tem estratégia.

Queremos fazer com que os procedimentos dos orçamentos se concretizem e não estar aqui sempre para a história que no passado...



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Meus Senhores e Minhas Senhoras, a mentalidade e o construto humano mudou a partir do Covid, vamos ter outra mentalidade de enfrentar os problemas do Concelho, os problemas orçamentais, os problemas das instituições e, sobretudo, as públicas que têm uma grande responsabilidade.

Por isso, vejo que, por exemplo, Senhor Presidente, uma plataforma de gestão documental, inteligência artificial, outros Municípios têm dado alguns passos, gostaria de ver aqui a cibersegurança, acessibilidade a meios digitais pelas pessoas com deficiência. Queremos avançar e por isso é preciso investir e por isso deixo aqui as minhas preocupações, são inquietações e sei que incomoda muita gente aqui, muitos dos presentes, mas é verdade que estamos nos anos decisivos para o progresso de Castelo Branco e nisso, a transformação que todos desejamos, tem que partir através de um orçamento que não tenha discórdia, tenha aqui algum consenso em vários temas, sobretudo, no caso dos recursos humanos, volume de investimentos, etc. que efetivamente, faz.

Há aqui um aspeto que gostei, que é o Setor de Cultura e Património Cultural que estamos a zelar, o turismo também... há muita coisa que poderia estar neste orçamento.

Eu sei que o Senhor “arriscar” custa-lhe um bocadinho e peço desculpa de lhe estar a dizer, mas o orçamento terá a nossa aprovação.

### **Presidente da Câmara Municipal**

De facto, como disse o Senhor Deputado Francisco Pombo Lopes, este é o orçamento de concretização. É um orçamento que olha de forma estratégica para o território, para o seu crescimento e que dá resposta às pessoas e é, de facto, um orçamento a pensar nas pessoas e nas pessoas nas suas diferentes áreas e nas suas diferentes necessidades.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Educação, Saúde e Habitação, três setores fundamentais deste orçamento que estão concretizados no mesmo e que vão ao encontro das necessidades das pessoas.

Depois, creches, Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, estamos a construir e a projetar 84 lugares na Quinta das Violetas, em construção, mais 84 lugares na Quinta Pires Marques que será depois dinamizada pela Obra de Santa Zita e 42 lugares, na creche, em Alcains. Entendemos que é um investimento muito importante e, sobretudo, é um investimento que direciona e que posiciona as necessidades das pessoas.

Repare, quantas creches foram feitas pela Câmara Municipal até ao recente mandato? Zero. Nós estamos a fazer três creches.

Estamos a fazer duas Unidades de Saúde. Sabe qual era a proposta que havia? Era investir duzentos e cinquenta mil euros, num edifício que claramente já mostrou que não reúne condições para servir a população, que não dava dignidade aos trabalhadores, médicos e outros profissionais de saúde, não dava condições aos utentes, um edifício com dois pisos, onde as condições eram efetivamente difíceis. Estamos a construir um novo Centro de Saúde em Castelo Branco. Levamos por diante como já aqui disse, mas nunca é demais repetir, a questão das Unidades Familiares, em Santiago, S. Miguel e agora na Avenida N'Álvares, uma nova Unidade de Saúde Familiar.

Pessoas, as pessoas no centro da ação deste Município.

Senhor Deputado, deixe-me dizer que se há coisa que não me falta é coragem, mas é uma coragem e uma audácia com conhecimento da realidade, com resposta àquilo que são as necessidades do território.

O IRS não resulta de um casamento. O IRS curiosamente e podemos consultá-lo, está consubstanciado tanto na proposta do PSD, como na proposta do PS, portanto, não está aqui uma inconveniência, é antes uma direção de objetivos e de políticas.

As freguesias estão devidamente contempladas e não faltarão e nunca faltaram obras.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos contra (12 do GM SEMPRE-MI e 2 do GM CHEGA), 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM e com 19 votos a favor (18 do GM PS e 1 do GM MPT), aprovar os Documentos Previsionais da Câmara Municipal de Castelo Branco, para o Ano 2025.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

### **4.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 43/2024)**

#### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Analisei adequadamente e tenho que louvar esta Administração e na pessoa do Senhor Presidente porque devido à cautelosa análise que podemos fazer em relação aos Serviços Municipalizados... e há um ponto a seguir que também remete a uma situação em que vejo uma projeção de um serviço, não só na modernização, não só em determinados aspetos, como seja, e já foi aqui dito pelo Senhor Presidente, as águas residuais, bio resíduos, etc., já disse, na pessoa, da Senhora Administradora, Sónia Mexia que é por aqui que se deve fazer, através de uma vertente educacional para as gerações, estas preocupações, se não, não conseguimos.

Já foi explicado pelo Senhor Presidente, aquela questão dos resíduos, com o aumento que vai ter, mas queremos um ambiente preservado, conservado e sensibilizado e isso consegue-se através das campanhas que tem vindo a realizar e ainda bem.

Eu sei que todo este trabalho tem como objetivo o desenvolvimento sustentável que está referido no PERSU 23 e fico, efetivamente, contente, como cidadão albacastrense que o rumo que estão a tomar os Serviços Municipalizados, com aquela mozza que teve, mozza metaforicamente e já falaremos, que está a reorganizar e tem melhores condições até mesmo para sua ação. Por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

isso, a melhoria das capacidades organizacionais, operativos e funcionais, vejo, eu, neste relatório, na qualidade, nas preocupações e, sobretudo, na sensibilização. Não ficaria como cidadão albicastrense... porque quando fazemos as coisas bem, devemos ter a hombridade, é um valor, reconhecer o mérito daquilo que está a ser feito e não estar aqui ou como a raposa, devemos reconhecer o que está feito.

Senhor Presidente, votaremos a favor.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do GM CHEGA, 16 abstenções, (12 do GM SEMPRE-MI e 4 do GM PSD/CDS/PPM) e com 19 votos a favor, (18 do GM PS e 1 do GM do MPT), aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, para o ano de 2025.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Programas para o ano de 2025”:**

**5.1. Albigec, EM/SA. (Proposta n.º. 44/2024)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do GM CHEGA, 16 abstenções, (12 do GM SEMPRE-MI e 4 do GM PSD/CDS/PPM) e com 19 votos a favor, (18 do GM PS e 1 do GM do MPT), aprovar o Contrato Programa da ALBIGEC, EM/SA para o ano de 2025.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **5.2. CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo”.** **(Proposta nº. 45/2024)**

#### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Tenho aqui algumas dúvidas neste Relatório. O Senhor Presidente nas suas intervenções, elucidou-me aqui de algumas coisas, olho para o Relatório de uma forma técnica, para as suas atividades e, sobretudo, nos projetos que estão a decorrer, vejamos este raciocínio. Projetos em curso em 2025, dois já terminaram em 2024, em 2025 vão terminar três, em 2026, três e em 2027, um. Projetos candidatos e em avaliação temos sete, alguns já terminaram, em 2025 terminam três. Se isto é tão importante, se efetivamente, o CATAA, tem uma função que aqui já foi expressa e de grande projeção estratégica, acho que isto é pouco ambicioso. Na minha perspetiva até como investigador.

Depois ao ler o relatório, tenho aqui algumas questões com os resultados que foram positivos, correto, a equipa tem muitos elementos, com certeza que até podia triplicar e os resultados eram iguais, mas há aqui uma primeira impressão. Prioridade, participação e projetos, financiados através da FCT, Portugal 2030, PRR etc. podia ser mais.

Segunda prioridade, valorizar as prestações de serviços e criar serviços diferenciados, penso que ficou um bocadinho aquém.

Terceira prioridade, o trabalho, divulgação, trabalho científico, com certeza é mais individual que em grupo e, por isso mesmo, o enquadramento estratégico, ficou assim. Tenho aqui algumas questões, se uma Associação que é tão importante e volto a dizer, é tão importante, devia efetivamente, acompanhar o que são as estratégias da Câmara. O Senhor Presidente falou aqui tanto na articulação da Escola de Chef's, com a Agrária, etc... nós não intensificamos porque não temos aqui um projeto de agricultura local nas aldeias que possa ter escoamento e depois naquilo que vai ser, a modernização do Mercado Municipal que está em discussão, mas valorizar numa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

coisa que sou muito sensível e a Senhora Deputada do CHEGA, também já o disse, com os idosos, mas que o façam com uma satisfação porque estamos a contribuir para que vivam mais.

A Agricultura Biológica pode ser uma defesa.

E volto a dizer aquilo o que já disse na minha intervenção, relativamente, às questões científicas, se houvesse um centro observatório na Gardunha, e as potencialidades da Gardunha não são os routers, isso é para o turismo, são outras potencialidades. Fiquei muito plasmado que em Salamanca me tivessem dito isso, conhecem mais dessas potencialidades do que nós, nesta área, e por isso, estamos reféns de podermos dar um salto.

Vejo que este Plano de Atividades do CATAA podia ser mais ambicioso, mas, contudo, não faço utopias, vou votar a favor.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do GM CHEGA, 16 abstenções, (12 do GM SEMPRE-MI e 4 do GM PSD/CDS/PPM) e com 17 votos a favor, (16 do GM PS e 1 do GM do MPT), aprovar o Contrato Programa do CATA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo, para o ano de 2025.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “4.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco”. (Proposta n.º. 46/2024)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos contra (12 do GM SEMPRE-MI e 2 do GM CHEGA), 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM e com 19 votos a favor**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**(18 do GM PS e 1 do GM MPT), aprovar a 4ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “2.ª Revisão Orçamental com Vista ao Pagamento dos Valores não Controvertidos pela Prestação do Serviço de Saneamento pelas Águas do Vale do Tejo, S.A., dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. (Proposta n.º 47/2024)**

### **Daniel António Guerreiro Almeida (PS)**

Debatemos aqui, neste ponto, o diferendo entre o Município de Castelo Branco e a empresa Águas do Vale do Tejo. Este tema, de grande relevância para os albicastrenses, é também uma oportunidade para analisarmos com rigor as responsabilidades passadas, as decisões presentes e os caminhos futuros.

Desde 2016, acumulámos uma dívida de 15 milhões de euros, reconhecida contratualmente, enquanto contestamos 7 milhões devido a divergências na fórmula de cálculo das faturas. Este diferendo teve origem numa alteração unilateral por parte da Águas do Vale do Tejo ao método acordado em 2007, prejudicando o município. Este ponto é inquestionável e conta com pareceres jurídicos que reforçam a nossa posição.

Contudo, a decisão de devolver as faturas na sua totalidade, sem proceder ao pagamento dos valores reconhecidos, agravou significativamente os riscos financeiros e jurídicos para o município. Como resultado, enfrentamos hoje uma possível condenação ao pagamento de juros de mora que já ultrapassam 5 milhões de euros.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Vereador Luís Correia, na sua resposta ao comunicado do atual executivo, procurou justificar as decisões tomadas durante o seu mandato. Reconheço a importância das negociações de 2007, que resultaram num contrato favorável ao município, porém, é inegável que as decisões posteriores, nomeadamente a devolução total das faturas, criaram uma situação de risco que não podemos ignorar.

Afirma que o procedimento adotado foi aconselhado por consultores jurídicos. Pergunto: será que estes pareceres consideraram os riscos de acumulação de juros de mora sobre os valores reconhecidos? Será que as implicações financeiras de longo prazo foram devidamente ponderadas?

O atual Executivo decidiu pagar os 15 milhões de euros reconhecidos para proteger o município. Esta decisão, apesar de difícil, é responsável e procura evitar que os juros continuem a acumular-se exponencialmente. É uma medida que garante a sustentabilidade dos Serviços Municipalizados e preserva a defesa judicial dos valores não reconhecidos.

O Vereador Luís Correia critica a comunicação pública desta decisão, sugerindo que enfraquece a posição do município. Discordo. A transparência é essencial na gestão pública, e esconder decisões desta magnitude seria desrespeitar os albicastrenses.

Existem vários pontos que merecem ser esclarecidos:

- **Acumulação de juros:** Embora seja verdade que o município ganhou juros ao reter os pagamentos, estes não compensam os riscos associados à acumulação exponencial de juros de mora sobre os valores reconhecidos.
- **Pagamentos sem fatura:** A crítica de que o pagamento coloca o município "nas mãos da AVT" ignora que a alternativa – continuar sem pagar – traz riscos ainda maiores, incluindo um eventual agravamento da dívida.
- **Defesa do município:** Sugerem que executivo não está a explorar todas as vias jurídicas para proteger o município, como a possibilidade de rescindir o contrato com a AVT ou exigir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

indenizações. Estas opções podem ser ponderadas, mas só após uma resolução do diferendo atual.

Se acreditam que as decisões tomadas em 2016 eram as melhores para o município, por que razão não promoveu o Sr. Vereador, durante o seu mandato, uma solução extrajudicial ou um reforço da posição do município junto à AVT? Teria sido possível dividir as faturas ou negociar um acordo para evitar esta situação? Pergunto: porque deixámos chegar a este ponto?

O que está em jogo é o futuro financeiro de Castelo Branco e a defesa dos interesses dos albicastrenses. A decisão de pagar os 15 milhões reconhecidos não é um ataque ao passado, mas sim uma medida de proteção para o futuro. Ao contrário do que afirmam, este executivo está a assumir a responsabilidade que o anterior evitou.

Comprometemo-nos a continuar a defender o município, tanto judicialmente como na gestão dos Serviços Municipalizados, sempre com transparência e responsabilidade.

### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Eu acho que estamos perante uma história mal contada, de um lado e ajustada e tentar resolver no outro.

A análise que faço de tudo aquilo que se passou de 2007 para cá e, sobretudo, a partir de 2016, é verdade que temos aqui duas situações, em que em 2007 os Serviços Municipalizados de Castelo Branco fazem a sua adesão às Águas do Centro com base num contrato que implicava a cobrança de 80% dos caudais da água faturada aos consumidores e mantendo-se assim a situação até 2015, mas as Águas do Centro foram incorporadas, naquilo que é a Empresa das Águas Vale do Tejo, do qual, são acionistas que o acionista maioritário que tem lá à volta de três milhões, é Castelo Branco. É aí que vejo a inoperância da negociação. Aqueles que são empresários podem retificar, se sou acionista, tenho maior poder de pressão e de negociação, de fazer acordos ou resolver esta situação e não andar, efetivamente, a atrasar. E depois quando andamos a atrasar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

“deixa-me cá ver um parecer jurídico” e não levem a mal quem é da parte jurídica, também tenho dois anos de Direito, portanto, também sei, por isso não é preciso estar a dizer, sabemos como resolvemos isso, ou porque os pareceres nos dão conveniência para as decisões, ou não, ou vamos pedir mais pareceres. Tudo isso, o período desde 2016, até que esta Câmara tomou posse, esse período não é superior a este? Então se é superior porque é que se manteve naquilo que chamo uma responsabilidade ética e pública porque pode danificar e nós vimos isso no orçamento, nas alterações, danifica à posteriori aquilo que queremos a bem público, mas que ficou estrangulado por um não pagamento, com a devolução das faturas, efetivamente, com o não pagamento dos juros porque as faturas acarretam juros. Não há poder negocial? Não há capacidade? Quando o acionista é Castelo Branco e tem grande poder de intervenção?

Portanto, na minha perspetiva há aqui uma irresponsabilidade política pública, ética e social, daquilo que depois veio à posteriori.

O Senhor Presidente explicou, em abril, e já também em algumas intervenções de entrevistas recentes, explicou à população a situação e previsão financeira, caso não se paguem aqueles montantes, aquilo que pode advir daí para aquilo que há pouco vimos. Se temos que pagar, o desenvolvimento e outras intenções plurianuais ficam limitados e, sobretudo, a sustentabilidade dos Serviços Municipalizados, ficam eles nessa forma de estagnação de não poder projetar mais aquilo que realmente podia ser, a sua missão e, sobretudo o agravamento das faturas aos cidadãos consumidores. Portanto, perante o possível e penso que a decisão do Senhor Presidente é e tem o meu louvor de pagar já.

A questão dos juros, são questões de pareceres, volto a dizer e aí também não podemos demorar muito. Há uma questão que é assim, estamos aqui todos com a cabeça erguida, com a cabeça limpa e não queremos dívidas que nos possam imputar e acarretar uma má imagem de quem cá está hoje ou amanhã. Por isso, penso que as críticas que às vezes se fazem, não vou aqui personalizar, todos sabemos, já foi dito pelo meu anterior colega, às vezes as críticas que fazem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de um lado e de outro, vamos ter bom senso, há uma dívida a pagar, há uma obrigação assumida, paguemos.

Há depois os juros, vamos tentar resolver de maneira que possamos ultrapassar esta situação. É verdade, tenho que reconhecer que o trabalho realizado pelo Conselho de Administração que manifesta a discordância, relativamente, às decisões dos seus antecessores e tem-se pautado por ações muito louvadas como disse há pouco, da reorganização, estruturação, modernização dos serviços, incluindo, a vertente sócio educacional, a proximidade com os consumidores e sabendo que há uma condenação judicial com juros de mora, coloca em risco aquela engrenagem e aquele andamento que deve ter os Serviços Municipalizados.

Os pareceres dos Consultores Jurídicos podem atestar que a Empresa possa estar a agir incorretamente a cobrar os juros, é verdade, mas isto é um risco que o Município pode ser condenado. Eu como cidadão, quando isso se me apresenta, claro que recorreremos aos advogados, mas temos um bom nome, temos a boa-fé.

Há um princípio que aqui ficou, é a não maleficência, quando atuamos com maleficência, seja direta ou indireta, ou inconsciente, estamos a prejudicar aqueles que estão ou que vêm a seguir e, este princípio, que está institucionalizado que é o da boa-fé, devemos agir com a boa-fé e devemos agir de maneira que se possa dar realmente condições.

### **João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)**

Não estava para intervir, mas fiquei mais confuso com as intervenções que me antecederam.

A primeira tenho que fazer este à parte, porque não foi uma, nem duas vezes que Professor Ernesto, claramente que está alinhado com o PS e que já fez o casamento, é o que parece que aconteceu, fez aqui duas intervenções a defender a Câmara.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A minha questão é muito simples, a ideia com que fiquei e corrija-me se estou errado, foi que a Câmara fez o pagamento do valor que achava que devia pagar. Ou seja, a razão pela qual deixou de pagar, é porque havia um diferendo, não concordaram com o valor e o valor que foi pago, agora foi o valor que se achava que se devia pagar, ficou em falta o valor que achamos que não devemos pagar e o valor do juro. Gostava de saber, se é verdade ou não.

A outra questão, ouvi a intervenção do Senhor Deputado do PS, e gostava de saber, se era o PS que estava a governar a Câmara no mandato anterior?

Como o Senhor Presidente disse, estou cá há pouco tempo e preciso de ser esclarecido, se era o PS ou não, porque não podemos ser do PS quando as coisas correm bem e afinal, parece que não era o PS quando as coisas correm mal.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do GM CHEGA, 16 abstenções, (12 do GM SEMPRE-MI e 4 do GM PSD/CDS/PPM) e com 19 votos a favor, (18 do GM PS e 1 do GM do MPT), aprovar a 2.ª Revisão Orçamental com Vista ao Pagamento dos Valores não Controvertidos pela Prestação do Serviço de Saneamento pelas Águas do Vale do Tejo, S.A., dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Castelo Branco”. (Proposta n.º. 48/2024)**

**Ernesto Candeias Martins (MPT)**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Caro colega João Ribeiro, se a sua empresa para ter bom nome, estivesse também em dívida, a pagar juros e o Senhor considerava que até podia ter razão, gostava de saber como é que limpava a sua imagem.

Relativamente, ao Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Castelo Branco, consideramos que um plano destes, na base da orientação da estratégia nacional das adaptações às alterações climáticas - ENAC até 2025, é aquilo que regula, deve estabelecer adequadamente os objetivos e o modelo de implementação de soluções nessa adaptação aos vários setores e aos efeitos dessas alterações climáticas, seja na agricultura, bio diversidade, economia, energia, segurança energética, floresta, saúde, segurança das pessoas, transportes e comunicações.

Penso que este Plano realmente tem a sua base assente nestas orientações. Devo dizer, uma vez mais, que é um tema da nossa preocupação política, não estou a fazer política, estou a dizer que é preocupação política dos cidadãos e creio que também é de todos os presentes.

Na ausência de uma reunião prévia com o Grupo Municipal de Trabalho terei que fazer algumas observações e estou aqui para contribuir, melhorar e elucidar e ampliar horizontes sobre este tema. As linhas de ação para reduzir algumas vulnerabilidades de alterações climáticas constituindo um referencial a ter para atuação do Município.

Sabemos que há uma preocupação significativa com os possíveis impactos das mudanças climáticas, embora, ainda existam discrepâncias consideráveis entre o que é proposto num plano e efetiva implementação de medidas de mitigação num alerta para a relação daquilo que é a aplicação das medidas e as práticas de planeamento urbano, a exigência do compromisso que este plano deve ter em lidar com as questões climáticas na implementação eficaz das respostas para o nosso território.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Alertamos para os desafios urbanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, não deixando de incentivar esse desenvolvimento desejado e a adoção de ações de mitigação e adaptação para aliviar os impactos das mudanças climáticas no ambiente urbano.

Assim, analisamos as estratégias adotadas no plano, na vertente de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e deixamos algumas observações.

Senhor Presidente, algumas questões que devem ser tidas em consideração para prevenir no contexto urbano e agroflorestal, os impactos negativos em cenário de adaptações climáticas.

Esta análise, apenas sumária porque foi aquilo que fiz em termos de análise, haveria que analisá-la com mais profundidade.

A projeção das adaptações climáticas para os vários cenários, parecem-me apontar como aquilo que os países a sul da Europa, realmente estão orientados que é a diminuição do volume de precipitação, aumento das temperaturas, aumento das frequências das ondas de calor e por isso as secas. E, é com isso que o padrão da distribuição da chuva, comporta uma margem de incerteza maior e que faz com que aspetos, como o aumento da frequência de fenómenos extremos fazer muita diferença nos custos dos Municípios e para a própria comunidade local. Entre eles, damos-lhes o exemplo de ocorrências de inundações, não é bem, mas pode atingir alguns aspetos no território, intensidade no processo de erosão hídrica dos solos e também consideramos que os sistemas de drenagem urbana podem ou devem responder de forma adequada a situações de ponta. Na base deste objetivo, é importante a fragmentação da paisagem urbana com a inclusão de zonas verdes que retardem o escoamento e os reservatórios de amortização das pontas de cheias. Ficámos a saber que o PGU e o PDM, efetivamente, integram e vamos a ver se dá resposta a isso.

Sabemos que nas zonas florestais mais expostas aos incêndios, o aumento das temperaturas e as condições de aridez, é imperioso que as medidas de prevenção sejam,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

efetivamente, implementadas e que se mostrem eficazes na diminuição de ocorrências desses incidentes.

Igualmente, dadas as condições propícias de arrastamento de cinzas e sedimentos, é garantir a construção de estruturas da retenção desta carga poluente dos reservatórios de água a jusante através do posicionamento de barreiras e da posição destes materiais.

O Serviços Municipalizados de Castelo Branco tem essa orientação e daí esta articulação com este Plano.

De facto, as condições agravadas da aridez previstas em todos os cenários de alterações climáticas, em especial, e para o nosso território, recomendam que as instâncias decisórias locais promovam a construção das captações de água suficientes para suprir as necessidades hídricas.... É verdade que o Senhor Presidente, em termos dos poços, recipientes em algumas freguesias, podia ampliar mais para o período dos incêndios.

Por conseguinte, identificamos que o Município de Castelo Branco cria materiais complementares destinados a acompanhar o percurso da implementação destas ações propostas neste Plano. Além disso, deve haver informação se esses materiais não forem recolhidos de forma simplificada e sistematizada com fácil acesso a ações que se podem tornar inacessíveis ou incompreensíveis para a comunidade, o que dificulta o acompanhamento e exigência por parte da população na execução de projetos e ações propostas neste Plano.

Detetamos uma forte necessidade de trabalho contínuo em diversas frentes, particularmente, o ir além do reconhecimento e formulação de planos de mitigação e adaptação em resposta às ameaças relacionadas com os cenários atuais e futuros de mudanças climáticas no nosso território.

É fundamental que o Plano na sua estrutura, cumpra os prazos, metas definidas identificando e alocando financiamento disponível e grupos de trabalho. É essencial que haja um acompanhamento sistemático e contínuo da aplicação dessas medidas apesar de existir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

teoricamente muitas dúvidas sobre a eficácia do planeamento e das medidas de adaptação local e daí a nossa proposta: haver um Conselho Local de Acompanhamento que contribua para a promoção e análise e monitorização da adaptação local, no sentido, de uma governança adaptativa mais eficiente, participativa, duradoura, ou seja, uma estrutura flexível, inclusiva, de carácter consultivo e de base voluntária que reúna um conjunto de atores, até mesmo a Escola Superior Agrária, como exemplo, instituições representativas da nossa comunidade, empenhadas no processo de implementação deste Plano.

### **Daniel António Guerreiro Almeida (PS)**

O Plano Municipal de Ação Climática de Castelo Branco (PMAC-CB) representa um marco estratégico essencial para enfrentar os desafios impostos pelas alterações climáticas. Este plano é mais do que uma resposta à emergência climática: é um compromisso com o futuro de Castelo Branco.

Sabemos que as alterações climáticas já são uma realidade no nosso território: aumentos na temperatura média anual, mais dias de calor extremo, maior frequência de secas prolongadas e eventos de precipitação intensa são algumas das tendências observadas. Este cenário exige ação imediata e planeada.

Os relatórios produzidos no âmbito deste Plano fornecem um retrato claro das vulnerabilidades climáticas do concelho e identificam os principais emissores de GEE, como os setores de transportes, energia e resíduos. Esta análise permitiu a definição de estratégias de intervenção precisas e eficazes.

Relativamente à mitigação, o Plano propõe medidas concretas que incluem a reabilitação energética de edifícios municipais, a promoção da mobilidade elétrica, a dinamização da produção local de energias renováveis e a transição para uma economia circular. Estas ações, para além de reduzirem as emissões, promovem a eficiência dos recursos e incentivam o crescimento económico sustentável.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Na vertente da adaptação, o PMAC-CB destaca-se ao identificar territórios prioritários em risco e ao propor soluções para proteger as pessoas e os recursos naturais. O Plano inclui medidas como a melhoria da eficiência dos sistemas de abastecimento de água, a criação de bacias de amortecimento para prevenção de inundações e a promoção de mosaicos florestais para aumentar a resiliência a incêndios e à seca. Também se destacam a adaptação dos espaços urbanos para mitigar os efeitos do calor e a ampliação da estrutura verde urbana, contribuindo para um maior conforto térmico das populações.

Importa sublinhar que deste Plano podem emanar uma série de medidas e ações capazes de influenciar positivamente várias áreas de atuação e responsabilidade da Câmara Municipal. Seja na promoção da eficiência energética, no ordenamento do território, na gestão de recursos naturais ou na dinamização de atividades económicas sustentáveis, este Plano oferece um potencial transformador. Num momento em que a economia verde está em crescimento acelerado, devemos ser ambiciosos e colocar Castelo Branco na vanguarda deste movimento. A nossa paisagem rural e urbana pode servir como um verdadeiro laboratório de sustentabilidade, mostrando que é possível alinhar desenvolvimento económico com proteção ambiental e qualidade de vida.

É fundamental destacar que o Plano vai além de medidas específicas, propondo um modelo de gestão que assegura o acompanhamento e a monitorização contínuos das ações implementadas. Este modelo não apenas reforça a transparência, como também garante a capacidade de ajustar estratégias em função das condições em evolução.

Mas nenhum plano é eficaz sem o envolvimento de todos. O PMAC-CB reconhece a importância de uma ação coletiva e aposta no envolvimento da comunidade local, do setor privado e das instituições públicas. A sensibilização dos cidadãos para a eficiência hídrica e energética, assim como para a prevenção de riscos climáticos, é um pilar essencial deste plano.

Senhores Deputados Municipais, temos perante nós um documento que reflete a urgência de agir e a oportunidade de liderar pelo exemplo. Castelo Branco pode e deve ser um referencial



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

na ação climática a nível regional e nacional. O PMAC-CB coloca-nos num caminho de transição para uma sociedade mais resiliente, sustentável e comprometida com as gerações futuras.

A aprovação deste Plano é um compromisso com a proteção do nosso património natural, com a promoção do bem-estar das populações e com o fortalecimento da nossa capacidade de enfrentar os desafios globais. Convido, assim, todos os presentes a darem o seu apoio à implementação deste Plano, reafirmando a nossa posição enquanto agentes ativos de transformação e progresso verde.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Faremos a apresentação pública deste Plano no dia 30 de janeiro.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do GM CHEGA e 35 votos a favor do 18 do GM PS, 12 do SEMPRE-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT aprovar o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Castelo Branco.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Lei das Comunicações Eletrónicas. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano de 2025”. (Proposta n.º 49/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do GM CHEGA e 35 votos a favor do 18 do GM PS, 12 do SEMPRE-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT aprovar a Fixação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em 0,25 % para o ano de 2025, no âmbito das Comunicações eletrónicas

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração com as Juntas e União de Freguesia”:**

#### **10.1. Junta de Freguesia de Castelo Branco. Dia dos Sinos – Edição 2024. (Proposta n.º 50/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de € 6.000,00, à Junta de Freguesia de Castelo Branco, para a realização do Dia dos Sinos – Edição 2024.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada por unanimidade.

#### **10.2. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Festas em Honra de São João Batista. (Proposta n.º 51/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de €4.457,00, para a Junta de Freguesia de Monforte da Beira, para realização das Festas em Honra de São João Batista.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **10.3. União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa. Feira das Sopas em Escalos de Cima. (Proposta nº. 52/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de €15.000,00, à União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa, para realização da Feira das Sopas em Escalos de Cima.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **10.4 Junta de Freguesia de Benquerenças. Organização da Prova Benquerenças Backyard Ultra. (Proposta nº. 53/2024)**

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de €4.920,00, à Junta de Freguesia de Benquerenças, para a Organização da Prova Benquerenças Backyard Ultra.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **10.5 Junta de Freguesia de Lardosa. Organização da Festa da Flor – Edição 2025 – Vale da Torre. (Proposta nº. 54/2024)**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de €9.000,00, à Junta de Freguesia de Lardosa, para a Organização da Festa da Flor – Edição 2025 – Vale da Torre.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 15.

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

### **Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Uniões/Juntas de Freguesia”:**

#### **11.1. Delegação de Competências nas Uniões/Juntas de Freguesia, para Transportes Escolares, Refeições Escolares, Refeições Escolares do Pré e 1º. Ciclo e Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e do 1º. Ciclo do Ensino Básico”. (Proposta nº. 56/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor €505.750,26 para a Delegação de Competências nas Uniões/Juntas de Freguesia, para Transportes Escolares, Refeições Escolares, Refeições Escolares do Pré e 1º. Ciclo e Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e do 1º. Ciclo do Ensino Básico.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

#### **11.2. Freguesia de Monforte da Beira. Apoio na execução da empreitada designada “Requalificação dos balneários existentes na Devesa, em Monforte da Beira”. (Proposta nº. 56/2024)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de €15.763,78, à Freguesia de Monforte da Beira, para execução da empreitada designada “Requalificação dos balneários existentes na Devesa, em Monforte da Beira.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 17.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **11.3. “Junta de Freguesia de Tinalhas: Requalificação do Largo da Filarmónica – 2.º Aditamento”. (Proposta n.º. 57/2024)**

#### **Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)**

Era apenas para saudar a resolução deste impasse que se verificou na execução e que através destes Contratos Interadministrativos foi possível ultrapassar.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de €162.067,02, à Junta de Freguesia de Tinalhas para a Requalificação do Largo da Filarmónica – 2.º Aditamento”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 18.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **11.4. “Junta de Freguesia de Tinalhas. Construção de Capela para Santuário Motard”. ((Proposta n.º. 58/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no valor de € 58.300,00, à Junta de Freguesia de Tinalhas, para Construção da Capela para o Santuário Motard.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 19.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **11.5. “Junta de Freguesia de Tinalhas. Requalificação do Edifício Sede da Junta”. (Proposta n.º. 59/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de €104.940,00, à Junta de Freguesia de Tinalhas, para Requalificação do Edifício Sede da Junta.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 20.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **11.6. “Junta de Freguesia de Tinalhas. Ampliação e Requalificação da Sede da Associação de Caça e Pesca”. (Proposta n.º. 60/2024)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio no valor de €61,962,30, à Junta de Freguesia de Tinalhas, para Ampliação e Requalificação da Sede da Associação de Caça e Pesca.

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 21.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

### **Presidente da Câmara**

Queria deixar aqui duas notas pendentes e com alguma urgência, primeiro a Carta Educativa que está, neste momento, a aguardar parecer positivo por parte da DGEstE, tenho que salientar a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

forma pronta como a DGEstE se dispôs a dar esse parecer, houve ali algumas questões que foram enviadas, na terça-feira, se não estou em erro.

Após os pareceres positivos, marcaremos uma sessão da Assembleia Municipal para formalizar essa aprovação.

A outra questão tem a ver com habitação e com um protocolo com o IHRU. Estamos a concluir um conjunto de procedimentos relativos à construção de habitação de rendas a custos acessíveis que será suportado pelo PRR, penso que no princípio do ano, haverá condições para o fazer, sendo necessário nessa altura fazer uma revisão ao orçamento.

Quero aproveitar para desejar a todos umas Boas Festas que sejam plenas de realizações e que o Ano de 2025 seja também um ano de concretizações pessoais, profissionais, sociais e porque não, também políticas.

### III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**Não foram registadas intervenções do público.**

#### **CONCLUSÃO DA ATA**

**E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 13 horas e 45 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.**

**O Presidente da Assembleia Municipal,**

---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**O 1.º Secretário,**

---